

Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos
Lídia Maria Trinta Arouche



EU, LÍDIA MARIA!

Uma autobiografia de vida e formação





AValiação, Parecer e Revisão por Pares

Os textos que compõem esta obra foram avaliados por pares e indicados para publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Aline G. S. Benevides CRB-1/3889

1.ed. Eu, Lídia Maria! Uma autobiografia de vida e formação [livro eletrônico] / Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos. Lídia Maria Trinta Arouche. – 1.ed. – Curitiba-PR, 86p.
Editora Bagai, 2025.
E-Book.
Bibliografia.
Acesso em www.editorabagai.com.br
ISBN: 978-65-5368-616-8
1. Autobiografia. 2. Surdez. 3. Docência.
I. Santos, Luciana de Jesus Botelho Sodré dos.
II. Arouche, Lídia Maria Trinta.

07-2025/29

CDD 370

Índice para catálogo sistemático:

1. Educação – 370

 <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-616-8.09.07.25>

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização prévia da Editora BAGAI por qualquer processo, meio ou forma, especialmente por sistemas gráficos (impressão), fonográficos, microfílmicos, fotográficos, videográficos, reproduções, entre outros. A violação dos direitos autorais é passível de punição como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de multa e prisão, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610 de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br

Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos
Lídia Maria Trinta Arouche

EU, LÍDIA MARIA!

Uma autobiografia de vida e formação



O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) respectivo(s) autor(es).
As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor(es).

<i>Editor-Chefe</i>	Prof. Dr. Cleber Bianchessi
<i>Revisão</i>	As autoras
<i>Colaboradora</i>	Andréa Pestana Pinheiro
<i>Capa</i>	Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos
<i>Diagramação</i>	Luciano Popadiuk
<i>Conselho Editorial</i>	Dr. Adilson Tadeu Basquerote – UNIDAVI Dr. Anderson Luiz Tedesco – UNOESC Dra. Andréa Cristina Marques de Araújo - CESUPA Dra. Andréia de Bem Machado – UFSC Dra. Andressa Grazielle Brandt – IFC - UFSC Dr. Antonio Xavier Tomo - UPM - MOÇAMBIQUE Dra. Camila Cunico – UFPB Dr. Carlos Alberto Ferreira – UTAD - PORTUGAL Dr. Carlos Luís Pereira – UFES Dr. Claudino Borges – UNIPIAGET – CABO VERDE Dr. Cledione Jacinto de Freitas – UFMS Dra. Clélia Peretti – PUC-PR Dra. Dalia Peña Islas - Universidad Pedagógica Nacional - MÉXICO Dra. Daniela Mendes V da Silva – SEEDUCRJ Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL Dra. Denise Rocha – UFU Dra. Elisa Maria Pinheiro de Souza – UEPA Dra. Elisângela Rosemeri Martins – UESC Dra. Elnora Maria Gondim Machado Lima - UFPI Dr. Ernane Rosa Martins – IFG Dra. Flavia Gaze Bonfim – UFF Dr. Francisco Javier Cortazar Rodríguez - Universidad Guadalajara – MÉXICO Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes – UENP Dr. Helder Rodrigues Maíunga - ISCED-HUILA - ANGOLA Dr. Helio Rosa Camilo – UFAC Dra. Helisamara Mota Guedes – UFVJM Dr. Humberto Costa – UFPR Dra. Isabel Maria Esteves da Silva Ferreira – IPPortalegre - PORTUGAL Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira – PUC-SP Dr. João Paulo Roberti Junior – UFRR Dr. Joao Roberto de Souza Silva - UPM Dr. Jorge Carvalho Brandão – UFC Dr. Jose Manuel Salum Tome, PhD – UCT - Chile Dr. Juan Eligio López García – UCF-CUBA Dr. Juan Martín Ceballos Almeraya - CUIM-MÉXICO Dr. Juliano Milton Kruger - IFAM Dra. Karina de Araújo Dias – SME/PMF Dra. Larissa Warnavin – UNINTER Dr. Lucas Lenin Resende de Assis - UFLLA Dr. Luciano Luz Gonzaga – SEEDUCRJ Dra. Luísa Maria Serrano de Carvalho - Instituto Politécnico de Portalegre/CIEP-UE - POR Dr. Luiz M B Rocha Menezes – IFTM Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra - UFPB Dr. Marciel Lohmann – UEL Dr. Márcio de Oliveira – UFAM Dr. Marcos A. da Silveira – UFPR Dra. María Caridad Bestard González - UCF-CUBA Dra. Maria Lucia Costa de Moura – UNIP Dra. Marta Alexandra Gonçalves Nogueira - IPLEIRIA - PORTUGAL Dra. Nadja Regina Sousa Magalhães – FOPPE-UFSC/UFPEl Dr. Nicola Andrian - Associação EnARS, ITÁLIA Dra. Patricia de Oliveira - IF BALANO Dr. Paulo Roberto Barbosa – FATEC-SP Dr. Porfírio Pinto – CIDH - PORTUGAL Dr. Rogério Makino – UNEMAT Dr. Reiner Hildebrandt-Stramann - Technische Universität Braunschweig - ALEMANHA Dr. Reginaldo Peixoto – UEMS Dr. Ricardo Caica Ferreira - UNITEL - ANGOLA Dr. Ronaldo Ferreira Maganhotto – UNICENTRO Dra. Rozane Zaionz - SME/SEED Dr. Samuel Pereira Campos - UEPA Dr. Stelio João Rodrigues - UNIVERSIDAD DE LA HABANA - CUBA Dra. Sueli da Silva Aquino - FIPAR Dr. Tiago Tendai Chingore - UNILICUNGO – MOÇAMBIQUE Dr. Thiago Perez Bernardes de Moraes – UNIANDRADE/UK-ARGENTINA Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández – UCLV e CUM – CUBA Dra. Vanessa Freitag de Araújo – UEM Dr. Walmir Fernandes Pereira – FLSHEP - FRANÇA Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT Dr. Yoissell López Bestard- SEDUCRS

DEDICATÓRIA

Dedicamos este livro a toda comunidade surda de São Luís, Maranhão (professores, intérpretes de Libras, instrutores de Libras, professores bilíngues, pais e mães de filhos surdos) pela dedicação e desenvolvimento de inúmeros esforços para proporcionar uma educação com qualidade e com acesso linguístico para crianças e jovens surdos de nossa cidade.

“[...] permita-se viver usando as mãos e abrindo os olhos para esse aprendizado e para esse mundo visual” (Gesser, 2012, p. 181).

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APADA	Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ASMA	Associação de Surdos Maranhense
CAS	Centro de Apoio à Pessoa com Surdez
CEGEL	Complexo Educacional Governador Edson Lobão
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LSF	Língua de Sinais Francesa
SAEE	Superintendência da Área da Educação Especial
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
UEB	Unidade de Educação Básica
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Foto de infância (8 meses de vida).....	19
Foto 2 – Pais de Lídia Maria.	20
Foto 3 - Lídia Maria no INES (anos 1960).	23
Foto 4 – Lídia Maria na primeira comunhão (1968).	25
Foto 5 – Perfil da radiante Lídia Maria no auge da sua jovialidade.....	25
Foto 6 – Lídia Maria, primeira à esquerda, e candidatas em um concurso de beleza.	26
Foto 7 – Lídia vence o concurso de beleza.....	26
Foto 8 – Lídia e amiga em momento de descontração.	27
Foto 9 – Lídia Maria na sua segunda gravidez.....	30
Foto 10 – Lídia acompanhando o filho (da segunda gravidez) nas suas atividades escolares.....	30
Foto 11 – Lídia adestaque em círculo vermelho) e grupo de alunos no INES (1967).....	36
Foto 12 – Lídia na antiga 8ª série antes de mudar de escola.....	45
Foto 13 – Lídia e colegas de turma surdos do Colégio Gladys Brenha.	47
Foto 14 – Lídia Maria no Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CNE) (1983-2003).....	48
Foto 15 – Lídia Maria com duas mulheres na V conferência Estadual de Assistência Social (2001).....	49
Foto 16 - Lídia Maria em caravana para ensinar no interior do Maranhão.....	50
Foto 17 – Lídia Maria em excursão para congresso em Porto Alegre.	50
Foto 18 – Lídia em encontro de pessoas com deficiência representando a rede estadual de educação (2006).....	54
Foto 19 – Lídia e professores surdos colando grau no Curso de Pedagogia Licenciatura da UEMA.....	55
Foto 20 – Lídia com uma turma de alunos surdos na U.E.B.T. da rede municipal de ensino de São Luís.....	56
Foto 21 - Lídia Maria no IV Encontro das Associações de Surdos do Nordeste (2015).....	57
Foto 22 – Lídia com o filho na posse da Associação de Surdos do Maranhão – ASMA.	58
Foto 23 – Lídia Maria e Intérprete de Libras ministrando curso de Libras no TRT-MA.	59

Foto 24 – “Santinho” de Lídia para eleições do ano de 2012 na capital maranhense.	60
Foto 25 - Lídia no Mestrado em Gestão da Educação Básica da UFMA (2025).	63
Foto 26 – Lídia Maria na recém inaugurada Escola Bilíngue de Surdos de S ão Luís, Maranhão (2021).....	68
Foto 27– Lídia em atividades com alunos surdos da Escola Bilíngue.	68
Foto 28 – Fachada da Escola Bilíngue de Surdos de São Luís.	70
Foto 29 – Sala de aula da Escola Bilíngue de Surdos de São Luís.	70
Foto 30– Lídia em ação realizada pela Escola Bilíngue.	71
Foto 31 – Notícia sobre Lídia Maria em importante veículo de informação.....	75

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
DA FORMA AO PROCESSO: CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS	14
CAPÍTULO 1	
MÃOS QUE RESGATAM MEMÓRIAS	17
CAPÍTULO 2	
EM BUSCA DE AUTOAFIRMAÇÃO E FORMAÇÃO.....	32
CAPÍTULO 3	
PONTO DE ENCONTRO COM UM PROPÓSITO	64
CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS	77
REFERÊNCIAS.....	79
SOBRE AS AUTORAS E COLABORADORA	82
ÍNDICE REMISSIVO	83

APRESENTAÇÃO

Ao se desenvolver um trabalho com memórias é indispensável um exercício de seletividade, pois todos somos direcionados a rememorar os fatos. Um lugar, uma foto, uma frase, um acontecimento constituem por si só elementos que podem fazer aflorar lembranças que estão imersas e resguardadas no mais secreto jardim de nossa mente.

A memória de cada indivíduo guarda dentro de si suas experiências seguidas de suas aprendizagens; e todo esse artifício acontece de forma exclusiva, selecionando o que é importante do que não é. Sendo assim, conforme explica Lopez (2008, p. 33) “[...] os critérios do que é significativo ou não resultam do espaço e do tempo em que se vive. A história de cada um contém a história de um tempo, dos grupos a que pertence e das pessoas com quem se relaciona.”

Este livro surge da necessidade em se registrar a história de vida e formação de Lídia Maria Trinta Arouche ou simplesmente “Lídia Maria”. Lídia Maria”, que em muito tem empreendido esforços para o fortalecimento e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras na capital maranhense, São Luís, principalmente quanto ao incentivo para a implementação da modalidade da Educação Bilíngue de Surdos¹.

Abro um parêntese aqui para explicar o título do livro e nome que será usado durante todo o livro - “Lídia Maria”. A história de Lídia é permeada pela persistência de uma mulher surda que não se deixou negar pela surdez; muito pelo contrário, essa condição foi um ponto a mais para lutar com cordialidade, paciência, amor e diálogo. Maria é um nome forte, bíblico, é sinônimo de perseverança e amor. Essa composição, reflete ao contexto que se espera mostrar neste livro; um relato marcado por apoio, lutas e, sobretudo respeito.

Associado a isso, a admiração nutrida pelo seu percurso formativo e história de vida como pessoa surda, mulher, mãe e professora sempre apresentados com entusiasmo para a comunidade surda. E nessas apresentações, com forte inclinação autobiográfica, é perceptível o apoio e incentivo prestado aos jovens surdos para que não desistam dos seus sonhos

¹ Estabelecida pela Lei n. 14.191, de 3 de agosto de 2021, que altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

e objetivos de vida, e sobretudo, não se vitimizem, se sintam inferiores e incapazes por conta de sua condição.

Uma razão muito especial que impulsionou ainda mais a elaboração deste livro se deu pelas atividades que desenvolvo por meio de um projeto pedagógico de português escrito para surdos no Atendimento Educacional Especializado (AEE), intitulado Projeto Escritas Surdas, momento em que são desenvolvidas atividades com os gêneros textuais biografia e autobiografia.

Eu digo que foi uma razão especial, pois Lídia Maria é muito querida e admirada na escola em que atuamos, bem como em toda a rede municipal de ensino; por onde passa contagia com sua irreverência, entusiasmo e sorriso estampado no rosto; e faz questão de deixar seus relatos de vida e formação para os alunos (crianças e jovens surdos), que param para admirar e apreciar sua narrativa. E o Projeto Escritas Surdas parte desse propósito, que vai além do ensino da português como segunda língua; o projeto volta-se inclusive para discutir questões ligadas a identidade surda e na atribuição de sentido ao que o aluno surdo escreve e resgata de sua memória. E uma referência surda é um elemento principal e basilar para que o surdo entenda quem é.

Os surdos adultos tornam-se referências linguístico-socioculturais para as crianças. Eles trazem consigo as experiências surdas que perpassam a língua de sinais, assim como as formas de ser surdo. Também trazem histórias e vivências enquanto surdos em um mundo de ouvintes. Compartilham suas experiências e ensinam a relação com os ouvintes a partir da experiência surda (Quadros, 2019, p.169-170).

Durante as atividades com textos biográficos e autobiográficos para os meus alunos surdos, percebi a importância e sentido na utilização dos relatos de uma professora que é a referência na escola para eles - Lídia Maria. Inclusive o sinal em Libras do projeto foi criado por ela; então, como ela já fazia um trabalho voltado para a afirmação da identidade surda na escola, esse foi um momento oportuno para se manter o registro da sua narrativa de vida que ficará marcado para as próximas gerações conhecerem e até mesmo se inspirarem na sua motivação para ser quem hoje ela é, Lídia Maria.

No processo de elaboração deste livro me defrontei com variadas leituras, as quais foram combustíveis necessários para analisar as memórias contidas na trajetória de Lídia Maria, sua vida em família, amigos e os caminhos que a levaram para seguir na docência e, principalmente a entender-se e autoafirmar-se numa sociedade predominantemente de pessoas não surdas.

Portanto, o objetivo deste livro é colocar nas mãos do leitor uma verdadeira lição de vida, que tem como pressuposto entender tanto a vivência formativa de uma pessoa com lugar de fala quando o assunto é a Língua de Sinais, identidade surda e as políticas públicas para as pessoas com surdez. Será ainda utilizado como base para o trabalho do Projeto Escritas Surdas e, principalmente tem como função principal deixar registrado a história de vida de uma pessoa que tem contribuído com a educação de surdos na capital maranhense.

Boa leitura a todos/as!

Luciana de Jesus Botelho S. dos Santos

DA FORMA AO PROCESSO: CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

A escrita de um livro envolve muitas etapas, circunstâncias e motivações. Compreende uma construção complexa impulsionada pela necessidade em tornar público um conhecimento, acontecimento e/ou estudo. Não vem por acaso, mas pela importância em se manter um registro precioso, uma verdadeira joia rara. É um processo demorado, porque não parte do nada, precisa de subsídios, insumos assim como a produção de um produto qualquer, um livro precisa de matéria-prima.

Para a elaboração desta joia, além da expressiva participação da protagonista de um extenso relato autobiográfico, Lídia Maria, foram necessárias algumas leituras para compreender a natureza do texto biográfico, pois a história de vida é um dos procedimentos necessários para se conhecer a realidade do sujeito que vivencia ou experienciou a situação pela qual se deseja pesquisar.

Entretanto, convém destacar que nas narrativas de vida e formação, “[...] não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, colocamos em enxergo certas passagens” (Artières, 1998, p. 11). Pode ocorrer do indivíduo selecionar o que para ele é significativo naquele dado momento; o que mais foi marcante.

É oportuno mencionar que no transcorrer das últimas décadas foi crescente a importância da “narrativa como metodologia de investigação e de desenvolvimento pessoal e profissional de professores” (Sousa; Cabral, 2015, p. 149). Por isso, considerou-se de extrema relevância realizar este texto para que se possa expandir as vivências docentes e trajetórias seguidas por professores surdos. Além disso, a intenção pretendida com este material é de proporcionar um espaço para docentes surdos, ou seja, que seus registros sejam disseminados como forma de incentivo para outras gerações, bem como contribuição para o campo de estudos da área da Surdez.

Desse modo, a abordagem metodológica que constituiu os referenciais para o desenvolvimento da escrita deste livro compreendeu o método da “história de vida, mais especificamente, o método (auto) biográfico e

as narrativas de formação como movimento de investigação-formação”, a partir da análise do percurso formativo trilhado por Lídia Maria, no resgate de suas memórias autobiográficas, suas experiências e acontecimento enquanto mulher surda que vive em uma sociedade predominantemente oral-linguística (Nakayama, 2015, p. 16).

Buscou-se conhecer o que foi vivido pela professora Lídia Maria, partindo da estruturação dos acontecimentos que constituíram e, de certa forma tem constituído a sua narrativa de vida, tendo como ponto de partida identificar quem é a professora Lídia, seu contexto sociocultural recuperando a totalidade, a partir das particularidades, pois “[...] todas as narrações autobiográficas [...] relatam uma práxis humana” (Ferrarotti, 2014, p. 41).

O que importa é que ao narrar sua experiência, a criança, o jovem, o adulto dotam-se da possibilidade de se desdobrar como espectador e como personagem do espetáculo narrado; como objeto de reflexão e como ser reflexivo. Essa relação dialógica e dialética entre ser e a representação de si confere ao humano um modo próprio de existência: como sujeito biográfico que religa o sujeito epistêmico e o sujeito empírico, no mundo da vida e do texto. O sujeito biográfico se constitui pois pela narrativa e na narrativa, na ação de pesquisar, de refletir e de narrar: como ator, autor e agente social (Passeggi, 2016, p. 82).

Sendo assim, “[...] quando uma pessoa relata os fatos vividos por ela mesma, percebe-se que reconstrói um processo percorrido dando-lhe novos significados” (Nakayama, 2015, p. 20). E é justamente este ponto que permeou o processo de escrita das vivências de uma mulher surda que tem como propósito a afirmação da língua de sinais como marca identitária do surdo e um ensino bilíngue como direito, para isso “o uso da biografia como fonte de informações é evidentemente legítimo e por vezes necessário” (Ferrarotti, 2014, p. 34).

Para buscar entendimentos sobre essa questão objetivou-se analisar o percurso de vida e formação da professora Lídia Maria, com enfoque na sua história de vida e memórias de formação para atuar na docência, considerando os seguintes pontos: vida pessoal e afetiva, processo de escolarização, motivações para atuar na área da educação; obstáculos, barreiras e dificuldades encontradas; pontos de apoio (materiais e humanos); acesso e educação de surdos e Libras.

Convém salientar, que grande parte dos registros fotográficos presentes no conteúdo deste livro são do acervo pessoal de Lídia Maria e alguns extraídos de fontes de acesso público. Algumas fotos estão com uma qualidade inferior devido ao tempo de guarda e armazenamento do impresso, porém não comprometem a sua visualização. Muitas pessoas que aparecem nas fotos tiveram suas identidades mantidas em confidencialidade², ou seja, preservadas (rosto com desfoque); nomes de instituições e pessoas optou-se pela utilização de siglas, em alguns casos, para atendimento a Resolução Nº 510, de 7 de abril 2016.

É conveniente informar que Lídia Maria fez o seu relato em Libras, sua língua materna, que foi traduzido para a Língua Portuguesa pela Intérprete de Libras, Andréa Pestana Pinheiro, aqui colaboradora deste livro; a tradução seguiu fielmente ao narrado por Lídia Maria, com ressalva a adequação do texto traduzido da Libras para o português com ajustes na coesão e coerência textuais, sem comprometer o sentido e significado de seu relato.

Dada a riqueza das contribuições proporcionadas por Lídia Maria para a elaboração deste livro, dividiu-se o seu conteúdo em três capítulos: o primeiro *Mãos que resgatam memórias* apresenta a biografada, participante e protagonista deste livro. Narra sua vida na infância, adolescência e vida adulta, suas relações afetivas, descoberta da surdez. O segundo capítulo *Em busca de autoafirmação e formação* é dedicado para traçar todo o marco formativo de Lídia Maria, desde a Educação Básica até o Ensino Superior; vida profissional, obstáculos, superação, acessibilidade linguística, marcos políticos, aspirações entre outros pontos. E, o terceiro capítulo *Ponto de encontro com um propósito* aborda questões ligadas a futuro profissional, projeto de vida, Educação Bilíngue de Surdos e a Libras.

Espera-se que a leitura deste livro contribua no debate sobre a Educação Bilíngue de Surdos, bem como o uso e difusão da Libras no contexto da educação pública no Brasil. E que motive e mobilize surdos e não surdos de que são necessários união e esforços para garantir condições de vida verdadeiramente humanas para todos.

² A confidencialidade consiste na garantia do resguardo das informações dadas em confiança e proteção contra a sua revelação não autorizada (Brasil, 2016).

Capítulo 1

MÃOS QUE RESGATAM MEMÓRIAS

“Eu... eu... nem eu mesmo sei, nesse momento... eu... enfim, sei quem eu era, quando me levantei hoje de manhã, mas acho que já me transformei várias vezes desde então”. Lewis Carroll (1865)



Descrição da imagem: foto de Lídia Maria em encenação teatral na escola que estudava à época. Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

A constituição da vida e formação de um sujeito se faz nas memórias vivenciadas cotidianamente. Ao contar suas histórias, desperta no outro a curiosidade em saber detalhes, passos, características que formaram esse agrupamento de fatos e acontecimentos. E como destaca Lewis Carroll (1985) no trecho citado no início deste capítulo, a busca pelo eu é um processo transformador; não fragmentado e nem estático, é mutável e dinâmico; ideal para o encontro e reconhecimento consigo próprio.

Historicamente, as pessoas surdas passaram por diversos momentos de negação na sociedade, estereótipos e rótulos que não os representava. Com as mudanças sociais instauradas a cada nova constituição social, e principalmente pela luta da comunidade surda em prol de direitos e deveres, um cenário de exclusão instaurado foi aos poucos sendo rompido.

Com essa trajetória, alguns fatores começaram a ser modificados na sociedade brasileira. As abordagens educacionais começaram a despontar dentro da perspectiva de uma Educação Bilíngue de Surdos e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Mas, mesmo contanto com uma legislação representativa, ainda é complexa a implementação de políticas públicas que visem a superação dos desafios e barreiras, e principalmente no ensino de surdos.

Desse modo, analisar as memórias, na história de vida e formação para a docência, de Lídia Maria é representativa, pois ela é considerada dentro da comunidade surda local (São Luís) como uma pessoa de referência e, que há anos tem se empenhado em lutar pela popularização da Libras e na oferta de espaços de ensino que atendem a perspectiva educacional do bilinguismo.

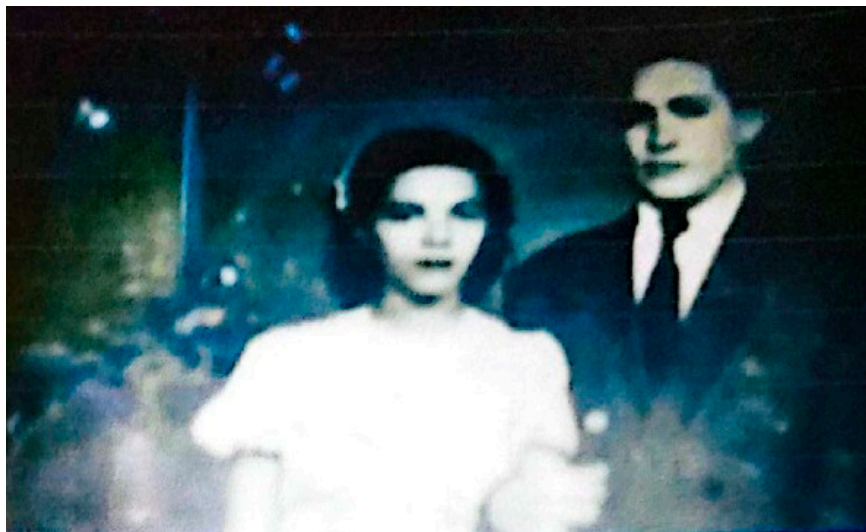
E para tanto, é interessante conhecer a professora Lídia Maria, suas raízes, como se deu o seu processo de identificação enquanto pessoa surda. Lídia Maria nasceu no dia 16 de dezembro de 1955 na cidade de São Luís, Maranhão. Tem 4 (quatro) irmãos; é filha única surda e mulher da sua família.

Foto 1 – Foto de infância (8 meses de vida).



Fonte: arquivo pessoal de Lídía Maria.

Então minha mãe se chamava Moema e meu pai se chamava Nilo. Minha mãe ficou grávida; os meus pais tinham duas residências: uma casa em São Luís, a capital, e uma fazenda no município de São Bento, Maranhão; a fazenda tinha muito boi e uma fábrica de farinha de mandioca; eles sempre viajavam de avião de São Bento a São Luís e em uma dessas viagens minha mãe levou um susto; depois que nasci, minha mãe não sabia, ela achava que eu tinha nascido ouvinte. Fui crescendo e ela percebeu que eu não reagia aos estímulos sonoros, fiz alguns exames que detectaram que eu tinha surdez e eu nasci surda; foi aí que minha mãe se lembrou que provavelmente deveria ter sido devido ao susto que ela levou quando estava grávida. Logo minha mãe ficou muito preocupada em como ela iria lidar com a minha surdez e o médico a acalmou dizendo: não se preocupe com isso! Na minha família não tinham outros surdos, eu seria então, a única surda naquele momento (Lídía Maria).



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

No trecho inicial do relato de Lídia Maria, percebe-se assim como em muitos casos de crianças que nascem surdas, a preocupação dos pais quanto ao desenvolvimento dos filhos com alguma condição. É natural essa tensão inicial, pois como ela própria descreve, na sua família não tinham outras pessoas com surdez; e de certo modo, isso é um agravante, pois a família tende a culpabilizar a mãe quando algo não transcorre como esperado em uma gravidez. Tanto é fato, que no próprio relato ela frisa que a surdez pode ter sido em virtude do suposto susto que a mãe levara na viagem de avião.

De acordo com Silva, Zanolli e Pereira (2008, p. 175) “[...] o diagnóstico da surdez para a família é desestruturador e faz com que esta enfrente um desafio único”. E é uma situação que, independentemente do cenário social e/ou década ainda se mantém muito atual. É interessante assinalar nesse contexto que a surdez se caracteriza como uma condição sensorial não visível, que acomete o sujeito em diferentes graus que variam desde o mais leve ao mais profundo. Na literatura, existem duas concepções de entendimento da surdez que se polarizam: a clínico-terapêutica e a sócio-antropológica (Skliar, 2013).

A concepção a clínico-terapêutica classifica a surdez como doença/déficit e o surdo como sujeito com deficiência auditiva que precisa de tratamento para se desenvolver estando acometido nesta condição. Em contrapartida, na perspectiva sócio-antropológica, o termo surdo refere-se a qualquer pessoa que não ouve, independentemente do grau da perda. E caracteriza a surdez como diferença e os surdos como distintos das pessoas não surdas, sendo esta diferença decorrente, sobretudo, da maneira como os surdos têm acesso ao mundo, que é predominantemente pela visão (Skliar, 2013).

O modo como a família vai se defrontar com essa condição é particular em cada situação. Para Silva, Zanolli e Pereira (2008, p. 176) está claro que não existe uma forma única de a família encarar a situação considerada problema (surdez do filho/a), pois existem muitos padrões de reação às emoções. E “[...] os processos podem variar, ou seja, em um extremo haverá aqueles pais que se darão conta de imediato de que nada pode ser feito a respeito do problema, e que esse é real”. Essa questão é, enfatizada nesse trecho do relato de Lídia Maria, em que ela reforça que era a única surda de uma família de ouvintes; ela sentia a preocupação e tristeza dos pais com a condição com a qual nascera.

Meu pai me amava, eu era a única filha surda, tenho 4 irmãos ouvintes e 1 irmã ouvinte que era muito linda; tinha os olhos azuis, mas ela faleceu e fiquei sendo a única filha mulher e surda, meu pai tinha muita afeição por mim. Ele me acompanhava a todos os lugares, e quando eu nasci meus pais sentiram, ficaram preocupados, eles acharam que eu era ouvinte, eu ainda não oralizava, e quando perceberam minha surdez ficaram entristecidos com a minha surdez, eles queriam me estimular, nunca me desprezaram, me achavam bonita e queriam ver meu desenvolvimento. Eu tinha um carinho muito grande pelo meu pai. Eu adorava mexer nos pés dele, quando ele chegava do trabalho, eu tirava os sapatos dele e massageava os pés dele, e ele adorava nossa relação (Lídia Maria).

No respectivo trecho do seu relato, Lídia Maria pontua que mesmo com o desequilíbrio inicial gerado no seio familiar pela sua surdez, isso não foi considerado pela família como um grande entrave ao seu desen-

volvimento, pois ela não fora ignorada, rejeitada ou abandonada, como em séculos passados acontecia com pessoas surdas ou com qualquer outra condição.

E esse acolhimento que ela sentia pela pai e que de forma recíproca era percebida por ela, foi importante diante da recém descoberta da surdez. Assim, “[...] a família pode passar por uma fase de negação, o que demanda adaptação para finalmente poder chegar à aceitação, possibilitando o desenvolvimento do filho diante das reais limitações e potencialidades” (Silva; Alves, 2021, p. 2).

Todo esse processo em que Lúdia Maria perpassara em seus primeiros anos de vida é a realidade de muitas crianças com deficiência em nossa sociedade. A família é decisiva nesse momento como principal ponto de apoio. Até porque não é tarefa simples para uma mãe e um pai saber que o filho tão esperado apresenta uma deficiência e/ou condição e, em como virão lidar com essa situação. E como pontuam Silva e Alves (2021, p. 2) a tão sonhada chegada “[...] de um novo membro à família é um momento repleto de expectativas. Envolve muitas mudanças na estruturação familiar, bem como em seus aspectos emocionais, físicos, comportamentais, sociais e econômicos”.

Transpassados esses momentos na vida de Lúdia Maria, ela se recorda que a sua infância foi praticamente toda vivida fora do Maranhão; ela foi para o Rio de Janeiro, a capital, para estudar na histórica e pioneira instituição voltada para o ensino de surdos no Brasil, o Instituto Nacional de Surdos – INES; esse período foi importante para a constituição e afirmação de sua identidade enquanto pessoa surda.

Durante toda minha infância eu morei no Rio onde a maior parte do tempo passava no INES, um lugar que foi muito acolhedor e me entendia enquanto surda; já na adolescência não sentia preconceito das pessoas aqui em São Luís, na verdade sempre me senti bastante acolhida pelos meus pais, meus antigos vizinhos que até hoje ainda mantenho contato; o único momento negativo no qual me recordo é das mães dos meus amigos surdos que não queriam que eu andasse como os filhos delas, pois eu os ensinava a sinalizar, mas foi algo que foi esclarecido depois e ficou tudo bem (Lúdia Maria).

Foto 3 - Lídia Maria no INES (anos 1960).



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

Sobre isso, é interessante frisar que a aceitação da deficiência não é algo simples para o sujeito que tem determinada condição. É preciso apoio, instrução e orientações adequadas, principalmente para a família romper com preconceitos ou atitudes mal concebidas.

[...] a vinda da criança surda faz com que os pais tenham de lidar com uma nova realidade, completamente desconhecida para eles. Mas enquanto a família se dá conta das suas dificuldades de adaptação ao novo filho que lhes foi imposto, algo deve ser feito e rapidamente. A criança cresce e necessita da linguagem para poder se colocar no mundo, entender e se fazer entendida. Entra aí o papel da escola (Moura, 2014, p. 18).

No relato de Lídia Maria, percebe-se o preconceito que ela relata ter sofrido ao tentar apresentar o que havia aprendido fora do estado do Maranhão, ou seja, ao ensinar sinais da Língua de Sinais aos jovens vizinhos à época. Como uma jovem, ela sentia a necessidade em se comunicar pela sua língua materna, a Libras que foi afirmada no INES. Na ocasião desse

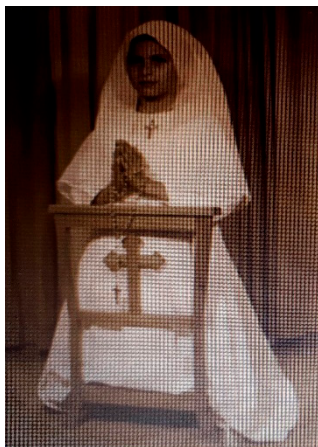
ocorrido, a Libras ainda não era oficializada e, portanto, assim como ainda hoje se nota é pouco difundida e conhecida pelas pessoas. É natural um estranhamento a algo que não se conhece. Mas é importante que se amplie os horizontes para o novo.

E sobre esse ponto, não é de se admirar o estranhamento da vizinha de Lídia Maria, pois historicamente a língua de sinais não era aceita e, por isso era usada de forma clandestina entre os surdos. Fora que eles eram privados de convívio social e quando estavam em um ambiente com ouvintes precisavam oralizar (Strobel, 2009). Esses ranços históricos, infelizmente ainda se fazem atuais em muitos contextos sociais.

Outro ponto que merece destaque e contribui para a formação de Lídia Maria foi a sua inclinação religiosa. Ela confessa o incentivo dos pais para a vida religiosa. E teve a oportunidade de realizar um sacramento religioso da Igreja Católica (primeira comunhão) com o Padre Surdo Vicente de Paulo Penido Burnier. Assim sendo, convém destacar que:

As igrejas tiveram um papel fundamental na Constituição da Libras como língua nacional. A Pastoral dos Surdos da Igreja Católica tem sua marca na história dos surdos brasileiros [...], assim como a Igreja luterana e a Igreja Batista, além de outras instituições evangélicas. Um nome importante na história da pastoral dos surdos [...] e na unificação das comunidades surdas brasileiras é o padre Vicente de Paulo Penido Burnier, nascido em 1921 na cidade de Juiz de Fora, MG. Padre Vicente estudou no INES, no início no Rio de Janeiro, e foi ordenado sacerdote em 1951. O primeiro padre surdo latino-americano. A trajetória do padre Vicente também foi de liderança dentro das associações de surdos (Quadros, 2019, p. 45).

Foto 4 – Lídia Maria na primeira comunhão (1968).



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

E vivendo sua juventude em plena fase adulta, Lídia Maria também despertou olhares tanto pela sua inteligência, envolvimento e luta pela difusão da Libras quanto pelo seu encanto, que a levou a vencer um concurso de beleza, do qual muito se orgulha.

Foto 5 – Perfil da radiante Lídia Maria no auge da sua jovialidade.



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

Foto 6 – Lídia Maria, primeira à esquerda, e candidatas em um concurso de beleza.



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

Foto 7 – Lídia vence o concurso de beleza.



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

Foto 8 – Lídia e amiga em momento de descontração.



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

Ela rememora com muito saudosismo dos primeiros amores e paixões, além das aventuras de amor. Dados da pesquisa realizada por Hoffmeister, Carvalho e Marin (2019) sobre a percepção do amor em três etapas desenvolvimento humano (adolescentes, adultos e idosos) identificaram que o amor vivenciado entre adultos se traduziu em apoio e cuidado, troca de carinhos, conhecimento do outro, compartilhamento de projetos/sonhos, compreensão e respeito. Assim, “[...] o amor tem sido entendido como demonstração de confiança recíproca e da entrega entre um casal” (Hoffmeister; Carvalho; Marin, 2019, p. 6).

Essa experiência foi essencial para a constituição da sua própria família até porque “[...] a formação da família caracteriza-se pela união

do novo casal e, em especial, pelo nascimento do primeiro filho, quando emocionalmente o casal se constitui como família” (Brito; Dessen, 1999, p. 3). E, sobre isso Lídia Maria detalha no relato a seguir:

Tive um relacionamento já na fase adulta [...] Ficamos noivos, mas antes dele eu tive um namorado lá no Rio, que por eu voltar para São Luís, perdemos contato e terminamos [...]. Minha família amava meu noivo, mas não chegamos a casar, só ficamos noivos. [...]. Não demorou muito a informação de que eu estava noiva chegar no Rio e meu ex ficar sabendo de tudo; ele não demorou e veio me visitar em São Luís [...]. De repente ele apareceu na minha casa [...] e me pediu para que voltássemos a namorar, mas eu o avisei que já estava noiva [...]. Meu noivo ficou com muita raiva ao saber disso e contou para minha mãe que queria terminar comigo [...]. Minha mãe ficou enfurecida comigo [...] e me deu um sermão [...]. Meu pai dizia para minha mãe: “deixa pra lá, eles são surdos é até melhor que fiquem juntos, já se conhecem, já estão acostumados um com o outro”. Foi uma confusão o término do meu noivado, de fato nós terminamos e eu retomei o namoro com o surdo, que era meu ex. Ele se mudou para cá e nosso namoro era vigiado. Namorávamos na porta da minha casa e tínhamos horário; às 22h era hora de entrar em casa e ir dormir. Depois de anos de namoro nós nunca nos casamos, mas nos juntamos e começamos a morar juntos e assim permanecemos durante vinte e quatro anos até o falecimento dele (Lídia Maria).

Neste recorte da narrativa de Lídia Maria, o que de fato despertou atenção foi o posicionamento do seu pai diante desse impasse amoroso. A mãe aprovava o relacionamento com o noivo, mas diante da situação de término de noivado e reatar com o ex namorado, o pai avaliou que o ex namorado por ser surdo seria um bom companheiro para sua filha, pois ambos se entendiam na língua de sinais e poderiam constituir uma família em que a surdez não seria percebida como algo devastador, negativo e/ou mesmo como um déficit. E sobre isso, Hoffmeister, Carvalho e Marin (2019, p. 10) consideram que:

[...] os adultos percebem o amor como aprendizagem, respeito/aceitação e cuidado/proteção. O planejamento do futuro com o outro, assim como ter propósitos e sonhos em comum, vai dando sentido ao amor que está se construindo, pois ultrapassa o pensar apenas no momento presente, visando o estabelecimento de uma relação duradoura e compatível com a realização de metas e projetos de vida.

Dando prosseguimento na análise das memórias afetivas de Lídia Maria, ela fez questão de destacar o amor que sentiu ao se tornar mãe. Um amor inexplicável, único e complexo. No entanto, uma situação trágica não permitiu que o companheiro pudesse junto a ela sentir de forma prolongada o mesmo amor como pai. E a Lídia Maria, coube a missão mais que especial em desempenhar do dia da tragédia em diante os dois papéis – mãe e pai. E, nesse contexto é válido refletir que o “[...] mundo contemporâneo também nos desafia diante das indefinições, das incertezas, nas infinitas possibilidades de arranjos na vida, nos papéis sociais etc.” (Ferrari; Ribeiro, 2020, p.238). Sendo assim, segue o relato de Lídia Maria sobre esse momento em sua vida:

Eu engravidei três vezes do meu companheiro; a primeira vez que fiquei grávida, eu não sabia que estava grávida, de repente comecei a sentir calafrios, e minha mãe me deu alguns chás e remédio, porém eu piorei; ela me levou ao médico, constatando que eu estava grávida, mas já tinha perdido o bebê. A segunda gravidez eu percebi por que comecei a vomitar muito e logo identifiquei que estava grávida, já me precavendo em não tomar qualquer medicação para não perder o bebê; assim o bebê nasceu bem saudável, que é o meu filho que todos conhecem, pois ele é médico. [Na minha terceira gravidez, perdi o bebê e meu companheiro veio a falecer] [...]. Acabei ficando apenas com meu filho do meio [...]. Hoje eu sou casada com um grande amigo do meu falecido marido [...] que também estudou conosco lá no INES, já estamos juntos há 11 anos (Lídia Maria).

Foto 9 – Lídia Maria na sua segunda gravidez.



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

Foto 10 – Lídia acompanhando o filho (da segunda gravidez) nas suas atividades escolares.



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

Em síntese, esses acontecimentos na vida afetiva de Lúdia Maria foram determinantes para que ela conseguisse abstrair uma visão global de mundo e também a forma com que se desdobra dentro dele. Todos os fatos narrados por ela trazem recordações, experiências e ensinamentos. Todo esse contexto, na ótica de Schlesener, Masson e Subtil (2016, p. 69) revelam que os sentidos e toda a percepção são construídos historicamente, pois “[...] a forma como o homem se objetiva, a partir da práxis humana é fundamental para que os seus sentidos ultrapassem a mera superficialidade e se tornem, então, sentidos sociais correspondentes ao homem como um todo [...]”.

Capítulo 2

EM BUSCA DE AUTOAFIRMAÇÃO E FORMAÇÃO

“Não haverá borboletas se a vida não passar por longas e silenciosas metamorfoses”. Rubem Alves (2008)



Descrição da imagem: foto de Lídia Maria segurando certificado de participação no Congresso Nacional sobre Educação de Surdos do ano de 2006. Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

A educação é um direito fundamental. Desempenha um papel categórico na formação do indivíduo para a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos e na disseminação de valores basilares para a vida em sociedade. Dessa maneira, “[...] a educação não pode ser entendida de maneira fragmentada, ou como uma abstração válida para qualquer tempo e lugar, mas, sim, como uma prática social, situada historicamente, numa determinada realidade” (Dias; Pinto, 2019, p. 449).

As palavras de Rubem Alves (2008) foram escolhidas para encabeçar este capítulo, pois vai ao encontro das memórias da vida escolar e acadêmica de Lídia Maria. Os seus primeiros anos escolares foram basilares para a constituição de sua identidade surda, como evidencia em sua narrativa.

Fui crescendo e um tempo depois minha mãe e meu pai tinham essa preocupação de saber como faremos com a educação da Lídia; queriam me colocar na escola. Eu ainda não tinha iniciado na escola, minha mãe estava à procura de uma escola que me aceitasse, pois os gestores das escolas que ela havia tentado me matricular não me aceitaram por eu ser surda; afirmavam que seria difícil a comunicação comigo. Minha mãe ficou bem triste juntamente com meu pai; na época não havia intérpretes, mas meus pais continuaram procurando uma escola para mim, até que minha mãe achou uma escola que ficava próxima a uma praça, que era bem pertinho da minha casa. [...]. A gestora da escola me aceitou e me recebeu muito bem; minha professora e coleguinhas de classe também; ah! e era uma turma só de meninas; não havia meninos na minha sala. Todas queriam se comunicar comigo e a professora falava: a Lídia é surda, ela não fala. E nós tentávamos nos comunicar por gestos, pois eu ainda não sabia Libras. O nome da escola era S. F., uma escola particular. Meu pai que sempre me levava e me buscava na escola; ele sempre levava para minhas coleguinhas bolo, bombons e refrigerante para lancharmos. Eu gostava bastante da professora e colegas. (Lídia Maria).

É notável a tensão dos pais em busca de uma instituição de ensino que atendesse as necessidades de Lídia Maria; a recusa dos gestores escolares em matricular uma pessoa por ser surda e pela escola não dispor e nem se

dispor a adequações para atender crianças e jovens com deficiência e/ou outra condição ainda é contemporânea.

Mesmo com dispositivos legais que condenam gestores escolares que recusem a matrícula de um aluno público da Educação Especial, ainda sim esse fato relatado por Lídia Maria ainda é recorrente, e sempre reproduzindo o mesmo discurso de que a escola não dispõe de profissionais, professores capacitados e recursos exclusivos para a necessidade e particularidade do aluno com deficiência e /ou outra condição. Mencionam-se as Lei n. 7.853/1989 com redação dada pela Lei n. 13.146/2015 no artigo 8º em que dispõe o seguinte:

[...] constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa: I - recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência (Brasil, 1989; 2015).

Outro texto legal que condena essa prática de exclusão na escola é a Lei n. 2.764/2012 que pune o gestor escolar ou autoridade competente na recusa de “[...] matrícula de aluno transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos” (Brasil, 2012).

Além desses documentos legais citados, existem outros que trabalham para a afirmação dos direitos das pessoas com deficiência em vários segmentos sociais, desde a educação, saúde, lazer etc. e que começaram a despontar após a intensificação das lutas em prol da inclusão escolar e acessibilidade linguística pelos surdos.

Por isso, a maioria compreende que o período determinante para se pensar em ações e práticas inclusivas deram-se pós fim da década de 1980 e início dos anos 1990, ano em que conferências mundiais foram realizadas para se discutir os rumos de uma educação verdadeiramente equitativa e igualitária para todos e não para alguns.

Após uma certa peregrinação e muitas negativas para matrícula de Lídia Maria para ter acesso aos primeiros anos escolares, finalmente em uma instituição particular de ensino, os pais conseguem e vê-se a curiosidade das colegas de turma com ela. Obviamente que muitas questões

pairavam na cabeça das colegas e professores em saber como proceder diante dessa situação. O acolhimento nesse espaço de ensino parece ter sido agradável. E, nos vem à mente a reflexão de que: “[...] cabe à escola se adaptar às condições dos alunos e não os alunos se adaptarem ao modelo da escola. A escola não tem favorecido a aprendizagem dos surdos inseridos no ensino regular devido às dificuldades de ordem linguística e cultural” (Campos, 2014, p. 55).

No entanto, parece que a primeira escola ainda não é um espaço adequado para Lídia Maria se desenvolver, haja vista, a respectiva instituição de ensino não dispor de muitos meios e profissionais que atendessem as suas necessidades, em especial a linguística. Diante disso, “[...] os pais procuram uma instituição, matriculam o filho surdo, no entanto a permanência parece depender da aceitação da proposta da instituição pela família” (Silva; Zanolli; Pereira, 2007, p. 280). E essa preocupação é clara no relato de Lídia Maria:

Minha mãe continuou procurando uma escola especializada em surdos, até que um dia encontrou uma escola no Rio de Janeiro, o INES, e ficou ligando para conseguir me matricular lá. Assim, que tudo deu certo, meu pai foi na escola avisar que eu mudaria de escola e todos ficaram tristes, se despedindo e minhas amigas chorando e eu não estava entendendo o porquê, eu ainda não sabia que mudaria de escola, só depois meu pai me explicou, mas todos da escola pediram para eu ficar. Quando chegou o final do ano, ficamos de férias e eu e meus pais viajamos para o Rio de Janeiro. Na nova escola quando cheguei fiquei super admirada e empolgada, porque vi muitos outros surdos sinalizando e eu nunca tinha visto outras pessoas iguais a mim. Eles sinalizam de forma muito rápida e eu ainda não sabia sinalizar. No INES tinha alojamento, ficava de segunda a sexta-feira até às 17h, aos finais de semana eu ficava com minha família. Na segunda-feira nós retornávamos para a escola. A escola tinha uma sistemática de separar os ambientes de meninos e meninas, apenas nos momentos das aulas que nos juntavam, porém os dormitórios eram separados. Além dos dormitórios tínhamos, o refeitório onde fazíamos as principais refeições, serviços odontológicos, fazíamos atividade física com

vários esportes, aulas de teatro e cinema, tudo isso dentro da instituição e de forma gratuita. Toda essa experiência me fez evoluir e aprender a língua de sinais e minha família ficou muito feliz em ver minha evolução, meus pais sempre iam para o Rio de Janeiro me visitar, lá eu ficava na casa da minha tia, irmã da minha mãe, aos finais de semana. Conheci uma professora lá no Rio, M. H. que esteve lá no Rio de Janeiro estudando e conhecendo mais sobre o ensino de Surdos, as práticas metodológicas e eu fui para o Rio com 4 anos; aqui em São Luís fiquei até os 3 anos (Lídia Maria).

Foto 11 – Lídia com destaque em círculo vermelho) e grupo de alunos no INES (1967).



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

Esse momento na vida escolar de Lídia Maria foi de extrema importância, pois conforme a própria destaca, ao mudar de estado com apenas 4 anos de idade e se defrontar com uma instituição de ensino com outros surdos foi um diferencial e como ela pontua “[...] *vi muitos outros surdos sinalizando e eu nunca tinha visto outras pessoas iguais a mim*”. Aqui tem-se o começo do reconhecimento do seu pertencimento enquanto pessoa surda; a constituição de sua identidade surda terá este espaço como marco principal.

[...] o principal fator de influência da identidade surda é, com certeza, a língua de sinais, que permite a comunicação

e a interação com o mundo por meio da modalidade visual-espacial, livre da marginalização imposta pela modalidade oral-auditiva, como é comprovado por estudos sobre a surdez, presentes na literatura da área (Castro Júnior, 2015, p. 19).

E com relação ao conceito de identidade é importante refletir que, a identidade de uma pessoa é continuamente formada e transformada em relação a diversidade que a rodeia. É também definida histórica e culturalmente. É um processo em construção, a qual perpassa por uma série de sentimentos e decisões pessoais que o indivíduo faz para sua identificação própria e reconhecida pelos outros indivíduos. Em acordo com Hall (2006, p. 3):

[...] o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.

No sujeito surdo a constituição de sua identidade é complexa, mas [...] o principal fator de influência da identidade surda é, com certeza, a língua de sinais, que permite a comunicação e a interação com o mundo por meio da modalidade visual-espacial [...]” (Castro Júnior, 2015, p. 19). E sobre esse aspecto, no relato de Lídia, é perceptível essa autoidentificação ao chegar no INES e ver os surdos sinalizando e reconhecer aquele espaço como um espaço de pertencimento.

Com relação ao Instituto Nacional de Educação de Surdos convém pontuar a sua valiosa e secular contribuição para a educação de surdos e centro de referência nacional na área da surdez, pois é pioneiro no Brasil como um espaço para atender esse perfil de estudantes. Enquanto instituição educativa está na capital do Rio de Janeiro e tem raízes francesas e imperiais datado do século XIX.

Historicamente, o INES foi fundado por Ernest Huet, francês, professor de surdos e fundador do Instituto Nacional de Paris e também surdo. Chegou ao Rio de Janeiro no final de 1855 com a intenção de abrir uma escola para pessoas surdas. D. Pedro II, prontamente mostrou-se receptivo, comprometendo-se a auxiliá-lo. Por determinação de D. Pedro II, coube ao Marquês de Abrantes acompanhar de perto o trabalho de Huet. O INES foi oficialmente fundado em 26 de setembro de 1857 passando, então se chamar de Imperial Instituto de Surdos-Mudos (Rocha, 1997, p. 7).

Desse modo, ao conhecer essa história e missão, os pais de Lídia Maria não mediram esforços e não se deixaram tomar por preconceitos para ver sua filha em progresso, visto que “[...] o uso de sinais pelos Surdos ultrapassa os objetivos de uma simples comunicação, constituindo-se no meio pelo qual se expressam as subjetividades e as identidades desses indivíduos” (Castro Júnior, 2015, p. 16).

Outro fator, e diga-se, combustível principal que contribuiu significativamente para que Lídia Maria pudesse dar voos mais altos, foi a sua família. Os seus pais foram verdadeiros pilares. Em um período em que muitos pais consideram ideal trancar seus filhos com deficiência em casa, como medida de proteção contra a sociedade que tendia a julgar e condenar a existência deles; os pais de Lídia Maria seguiram por outro caminho. A aceitação e luta em prol dos direitos de sua filha falaram mais alto. E sobre esse caminhar se faz importante compreender que:

[...] a atitude dos pais em relação à surdez do filho e a forma como enfrentam esta situação constituem fator importante que terá uma grande influência nas relações que serão estabelecidas entre eles (pais/filho). O diagnóstico da surdez é, certamente, um fato extremamente doloroso para os pais e gera não somente sentimentos de tristeza, mas também de ansiedade e insegurança diante do desconhecimento das consequências futuras da perda auditiva. Além disso, a grande maioria dos pais de criança surda é ouvinte, e, por isso, desconhecem completamente as repercussões da surdez (Silva; Zanolli; Pereira, 2008, p. 176).

Desde o nascimento de Lídia Maria, eles demonstram o carinho e respeito pela filha. Por isso, “[...] fica evidente a importância de a família

ter uma concepção mais clara da surdez para que possa escolher de forma mais segura a modalidade de linguagem que será privilegiada [...]” (Silva; Zanolli; Pereira, 2007, p. 286).

A escolha da modalidade de linguagem é um momento que requer uma boa reflexão e conhecimento sobre a surdez. Os pais de Lídia Maria, ao que se percebe em todo seu relato, partiram para a aceitação e entendimento do que seria adequado para ela, isto é, um ambiente em que a comunicação fosse desenvolvida, seja em língua de sinais ou outros meios dada à época de ingresso escolar e, também pelo então fomento a oficialização da Libras como língua materna dos surdos.

De acordo com a familiaridade que têm com a surdez, com as orientações recebidas dos profissionais que os atenderam e com a expectativa que constroem em relação aos filhos, os pais adotam, mesmo sem o saber, uma determinada concepção de surdez. Se considerarem que os filhos devem falar, ou seja, usar a modalidade oral da Língua Portuguesa, os pais vão escolher uma instituição que priorize a linguagem falada como forma de comunicação. A recepção da linguagem pela criança surda se dará por meio da leitura orofacial e da via auditiva (devidamente treinada), e a produção se dará pela fala, sendo os sinais geralmente proibidos. Se, por outro lado, os pais optarem pelo uso de sinais, poderão escolher uma instituição [...], na qual as crianças surdas são expostas à Língua de Sinais, na interação com adultos surdos e ouvintes que sinalizam, e à Língua Portuguesa, nas modalidades oral e escrita (Silva; Zanolli; Pereira, 2007, p. 280).

A Língua Brasileira de Sinais começou a ter seus primeiros usos para educação de surdos no Brasil a partir de 1857, com a criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos. E essa sistematização foi oriunda pelo francês Ernest Huet, o qual trouxe a Língua de Sinais Francesa (LSF), que exerceu forte influência no desenvolvimento da Libras (Skliar, 2013).

No entanto com as mudanças sociais efervescentes no Brasil nesse recorte temporal que vai do final dos anos 1800 a metade dos anos 1900, a língua de sinais no Brasil chegou a ter um documento publicado em 1873, de autoria do surdo Flausino José da Gama, em que ele publicou os primeiros desenhos dos surdos separados por categorias, “Iconographia dos

Signaes dos Surdos-Mudos”. Mas também teve sua proibição em 1911, momento em que o INES passou a utilizar o oralismo. Essa imposição permaneceu até o final da década de 1960 (Skliar, 2013, p. 37). Esses episódios são explicados, pois conforme consideram Lacerda, Santos e Martins (2019, p. 24):

As línguas de sinais nem sempre foram reconhecidas enquanto línguas naturais. Por muito tempo foram consideradas variações da língua oral majoritária, com gestos e sinais tidos como sem nenhuma consistência linguística. Foi somente a partir de 1960 que alguns pesquisadores voltaram o olhar para as características que compunham as línguas de sinais. Os estudos de Stokoe (1978) foram pioneiros nessa área. Ao registrar a estrutura da língua de sinais americana, esse autor possibilitou que ela fosse reconhecida enquanto língua e abriu caminho para que outras línguas sinalizadas também pudessem ser estudadas e reconhecidas.

Transcorridos alguns anos depois, mais precisamente nos anos 1990 com os acontecimentos mundiais voltados para uma educação para todos, a língua de sinais voltou a ser novamente utilizada no Brasil, e anos mais tarde foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda pela Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002 e sua regulamentação veio com o Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (Skliar, 2013).

Dessa forma, a Libras constitui-se uma língua de natureza visual-motora, que possui estrutura gramatical própria, regras e estruturas sintáticas, semânticas e pragmáticas específicas e bem determinadas. Tornou-se uma ferramenta efetiva de representatividade e comunicação da comunidade surda. “É considerada por muitos como natural, porque surge espontaneamente da necessidade de comunicação dos membros da comunidade surda do Brasil” (Lacerda; Santos; Martins, 2019, p. 27).

Nesse transcurso é importante analisar que Lídia Maria perpassou por esse período de afirmação da Libras como língua oficial dos surdos brasileiros. E isso foi de extrema valia para sua vida, pois a “[...] língua é uma prática social que carrega cultura e estabelece identidades. Os surdos herdaram a Libras no coração da comunidade surda, entre os surdos adultos” (Quadros, 2019, p. 43).

Entretanto, ela se defrontou com o contraponto de realidades, pois apesar da Língua de Sinais ter seu uso liberado, ainda prevaleciam alguns métodos de comunicação para o ensino de surdos no Brasil. E cada estado foi adotando conforme suas necessidades. No Maranhão, conforme destaca Lúcia Maria na sua realidade, a língua de sinais ainda era proibida e, por isso, no seu retorno do Rio de Janeiro para São Luís, a sua escolarização voltou a ser um fato preocupante, pois mesmo com profissionais que ela conhecia que se deslocaram para o Rio de Janeiro, para se capacitarem no ensino de surdos, ainda assim não foram suficientes para que se pudesse ter uma qualidade no ensino conforme destaca:

Mas voltando ao Rio, a professora M. H. morava aqui em São Luís, mas estava no Rio para aprender e estudar mais sobre como ensinar surdos; quando eu a conheci não sabia que ela era de São Luís, após uns anos ela voltou para São Luís para difundir os conhecimentos. Ela começou a trabalhar na Escola Modelo. Ela era ouvinte e tinha alunos surdos e era parente da professora M. da G. C. A. que dá o nome ao Centro de Ensino de Apoio à Pessoa com Surdez (CAS). A professora M. da G. C. A. não foi para o Rio de Janeiro; ela aprendeu com a M. H. como fazer esse ensino de surdos lá na escola Modelo, a primeira escola com surdos no Maranhão. [...] voltei justamente porque já havia uma escola com surdos. Minha mãe resolveu me trazer de volta para São Luís em 1970, e não retornei mais ao Rio de Janeiro. Iniciei na Escola Modelo e percebi que os surdos que estudavam lá não sabiam sinalizar. Eu percebi que eram sinais caseiros porque nossa comunicação era muito truncada e meu desejo era voltar para o Rio, porque eu já sabia me comunicar através de sinais. A professora deixava os surdos tímidos, pois proibia eles de sinalizar e tinha uma palmatória para bater em quem sinalizava em sala. Eu ficava perguntando a eles o porquê eles paravam de sinalizar quando a professora chegava e eles diziam que era proibido sinalizar; não podia, e eu via a palmatória na mesa dela. Eu não aceitava, ficava muito zangada com essa situação e se ela viesse me bater eu iria contar para o meu pai, pois ele sabia que eu já era acostumada com o que havia aprendido no Rio, já tinha me desenvolvido muito e os demais surdos não

tinham essa liberdade. Quando vi a professora M.H. perguntei a ela o porquê daquela palmatória e ela disse para mim que era proibido sinalizar, que nós surdos precisávamos oralizar. E eu rebati: como vou ser entendida oralizando? E nessa hora comecei a oralizar fazendo sons aleatórios com a boca e perguntei a ela: “Tu entendeu?” e ela pediu para que eu repetisse, pois não havia entendido nada. Claro, eu não sei oralizar, é só barulho, está tudo errado! É porque eu não escuto, eu preciso sinalizar. [...] Eu sou surda profunda bilateral, não escuto nada. Oralizava um pouco, pois lá no Rio tive treinamento para oralizar. Lá é diferente daqui; tínhamos treinamento para oralização, mas liberdade de sinalizar; podíamos nos comunicar da forma que queríamos. Ficávamos em frente ao espelho treinando o formato da boca e sentindo a vibração do som correspondente aquela forma, por isso apesar de ser surda profunda desenvolvi um pouco da oralização. Os surdos daqui de São Luís que estudavam comigo tinham muito medo de sinalizar, porque as mães deles não permitiam e era elas que pediam as professoras que controlassem seus filhos. Assim como eu tinha essa liberdade dada pela minha família, eu ficava influenciando os filhos delas a sinalizar também; as mães deles não gostavam de mim, mas mesmo assim eu os ensinava escondido tudo que eu sabia. Pedi para o meu pai trazer o Padre E. O. dos Estados Unidos para vir aqui em São Luís para esclarecer para as mães dos meus amigos que sinalizar não era errado. Ele fez uma reunião com as mães dos meus amigos surdos e explicou que não deveriam proibir a sinalização, a partir dessa conversa elas começaram a me tratar diferente e até me pediram desculpas. Assim, foi liberado o uso de sinais para a comunicação, então comecei a ensiná-los os sinais corretos, porque antes toda a sinalização deles era caseira, gestos soltos, até a professora M. da G. C. A. fui eu que a ensinei e depois ela foi fazendo a difusão do que aprendeu comigo. Os sinais dos meus amigos surdos fui eu quem deu, eu que os batizei, pois não possuíam sinais pessoais (Lídia Maria).

Com relação ao ensino de surdos no Maranhão, Lídia Maria aponta em seu relato que uma escola da rede estadual de educação foi a pioneira,

ainda na década de 1970, em começar o ensino para surdos, mesmo não sendo da forma como ela foi instrumentalizada no INES, mas a iniciativa foi pioneira e teve sua colaboração para que pudesse se tornar mais significativa, principalmente quanto ao uso da Língua de Sinais, haja vista a abordagem do momento outras tendências da época que não priorizavam a Libras.

Tempos depois, o ensino de surdos numa perspectiva em que predomina o ensino e instrução por meio da Libras e do Português escrito foi se constituindo na rede municipal de educação, a qual aponta Santos (2018, p. 24): “[...] as classes especiais exclusivas para surdos iniciam, a partir de 2001 com a organização de 2 turmas (matutino e vespertino) na Unidade de Educação Básica Luís Viana - UEB Luís Viana”.

Ainda sobre o processo de escolarização de surdos em São Luís, Santos (2018) destaca que houve uma ampliação do quantitativo de matrículas de surdos, particularmente no “período 2002 e 2003 com a transferência de 100 alunos surdos, por meio do convênio firmado entre a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) e a SEMED resultante da ação do Projeto Águia 1”. Essa ação impulsionou a abertura de novas turmas em outras escolas localizadas em locais (bairros) estratégicos. Além disso, visando atender a alta demanda de surdos nas escolas, a rede municipal deu início, no ano de 2001, à “formação de professores bilíngues para atuarem em classes especiais multisseriadas” com a oferta do curso básico de Libras (Santos, 2018, p. 24).

Apesar dos contrastes e da necessidade de lutas contínuas da comunidade surda para a desconstrução do estereótipo de surdez como limitação, a língua de sinais adveio como instrumento para possibilitar dar voz às mãos dos surdos e a todos que permaneceram silenciados pela falta de conhecimento sobre a surdez. Por isso, a Libras precisa de mais políticas públicas que fomentem seu uso na mais tenra idade, pois o “[...] legado da Libras só será mantido se as crianças surdas tiverem contato com adultos surdos sinalizantes em Libras, pois a herança linguística é transmitida pela comunidade surda, não pelas famílias” (Quadros, 2019, p. 41).

Nesse longo relato, que na verdade se caracterizou como um desafo sobre como foi o modo de inclusão da língua de sinais em São Luís, Lídia Maria traz pontos conflitantes que a deixaram angustiada, ou seja,

mesmo com a liberação do uso da Libras pós década de 1960, ainda era proibida no espaço escolar, pois não havia profissionais para atuar no ensino comum com alunos surdos.

Mesmo com a professora M.H. se deslocando até o INES para se capacitar, como Lídia Maria destaca, ainda assim era insuficiente para abranger toda uma realidade de uma cidade, capital do estado do Maranhão. Até com esforços pontuais, como a exemplo da rede municipal de educação, sendo empreendidos décadas mais tarde em prol da educação de surdos em São Luís, Lídia Maria percebia que a educação de surdos ainda carecia de mais possibilidades, caminhos e mais lutas.

Outro ponto que ela destaca, é a sua inquietação e preocupação com os colegas surdos. Como ela teve a oportunidade, mediante os esforços empreendidos por seus pais para se deslocar e residir no Rio de Janeiro para estudar em uma instituição tradicional e especializada no ensino de surdos, ela percebeu que precisava ajudar os colegas que não tiveram essa mesma oportunidade; além disso, essa sua atitude foi importante por representar um ponto de apoio para se constituir, de fato, a comunidade surda ludovicense para que se pensasse oportunamente em lutar pelas causas dos surdos de São Luís.

E, nesse contexto, é louvável o empenho de Lídia Maria no ensino do que havia aprendido no INES aos colegas surdos, muitas vezes de forma clandestina, pois a proibição e incômodo pelo uso dos sinais era uma constante, principalmente pelas famílias que ainda mantinham o preconceito de que a surdez é uma deficiência que limita o indivíduo.

E assim, ela começa a refletir sobre a importância nos estudos da Libras para outras pessoas pertencentes a comunidade surda. Já desse momento, tem-se início uma preocupação formativa, tanto que pede ajuda a uma pessoa de outro país para trazer esclarecimentos sobre a surdez, e notadamente sobre a língua de sinais. Ademais, a partir das suas inquietações nesse momento em que está em São Luís, uma outra pessoa chega do INES para juntos ajudarem a constituir a história dos primeiros movimentos em prol do uso da língua de sinais em São Luís, como destaca:

Depois, chegou um novo surdo que era fluente também, e pensei olha ele é igual a mim, o Telasco, ele nasceu aqui em São Luís, mas assim como eu, passou um tempo no Rio de Janeiro no

INES, igual a outros surdos famosos como Ana Regina e Souza Campelo e Cacau Mourão que nasceram aqui [...] porém eu e o Telasco voltamos para nossa cidade. Após a Escola Modelo, fomos estudar na escola Raimundo Correia, lá os professores também não sabiam Libras e a professora M.H. foi uma grande ajuda, dando formação naquela escola, onde ficamos até a 8ª série, pois meu pai queria que eu estudasse em uma escola particular. Quando os outros surdos ficaram sabendo que eu iria mudar de escola também quiseram ir junto comigo, a escola se chamava Colégio Gladys Brenha³ (Lídia Maria).

Foto 12 – Lídia na antiga 8ª série antes de mudar de escola.



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

Esses primeiros movimentos para uso da língua de sinais e, principalmente seu ensino em São Luís em instituições de ensino regular foram indispensáveis. E de, certo modo, contribuíram para um olhar com serie-

³ Foi uma instituição da rede particular de ensino de São Luís fundada no ano de 1975. Está desativada (Resolução 162/1993) (Conselho Estadual de Educação do Maranhão, 2025).

dade para a luta do surdo, que não se restringe única e exclusivamente a inclusão, mas sim a políticas linguísticas para uso e difusão da Libras e de um ensino bilíngue que contemple as duas línguas (Libras e Português na modalidade escrita), que mais à frente Lídia Maria se tornará protagonista de mais um capítulo importante de sua narrativa de vida.

Dando prosseguimento na análise das suas memórias, ela destaca agora como foi a sua vivência no Ensino Médio, pois no ensino fundamental foram nítidos os obstáculos que ainda é a realidade de muitos alunos surdos atualmente, quanto ao entendimento do conteúdo das aulas ministradas em um ambiente de ensino com uso da língua oral (português).

Voltando a minha vida estudantil, eu enfrentei algumas dificuldades na minha vida educacional. Após voltar do INES tive a felicidade de ter as professoras “Glorinha” (M. da C. A.) e M. H. que sabiam se comunicar e fizeram desse momento mais proveitoso, mas quando fui para o Ensino Médio também não tinha professores que sabiam se comunicar comigo e nem intérpretes para traduzir a aula; isso foi um grande entrave para mim, eles só oralizavam e escreviam no quadro, então foram três anos que eu não entendia as aulas. Alguns colegas tentavam me explicar por meio de mímica e eu basicamente passei, porque eu colava dos colegas ouvintes, pois em todas as disciplinas eu e meus amigos surdos tínhamos dificuldades, pois não havia clareza naquilo que era ensinado. Quando terminei o Ensino Médio a preocupação dos meus pais era o que eu iria fazer e rapidamente [...] meu pai escreveu um Telegrama pedindo emprego para mim [...] no Conselho Estadual de Educação [...] esse foi o meu primeiro emprego em 1982, e fui fazer meu curso de graduação apenas em 2003 (Lídia Maria).

Foto 13 – Lídia e colegas de turma surdos do Colégio Gladys Brenha.



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

Lídia Maria também descreve como foi o seu primeiro emprego, pois o seu pai nutria essa preocupação, assim como muitos pais compartilham desse sentimento para com seus filhos, após findar um ciclo de estudos na Educação Básica. E mais uma vez com o apoio da sua família, ela consegue adentrar ao mercado de trabalho num espaço voltado para a Educação.

Foto 14 – Lídia Maria no Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CNE)
(1983-2003).



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

Mesmo no mercado de trabalho, um espaço muito seletivo principalmente para muitas pessoas com deficiência e alguma outra condição, as suas angústias e experiências na aprendizagem que teve na época do Ensino Fundamental e Ensino Médio em São Luís, despertaram a vontade de dar passos mais longos, mas para um caminho que a levasse para o ensino de surdos, posto que ela já era, de certa forma, precursora de muitas ações

voltadas para a língua de sinais após voltar do INES e compartilhar seus conhecimentos com os colegas da época. Esse entusiasmo foi constituído pelas relações estabelecidas com outros surdos e participação em eventos como congressos, simpósios, seminários entre outros tanto no estado como fora e sobre isso.

Foto 15 – Lídia Maria com duas mulheres na V conferência Estadual de Assistência Social (2001).



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

Foto 16 - Lídia Maria em caravana para ensinar no interior do Maranhão.



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

Foto 17 – Lídia Maria em excursão para congresso em Porto Alegre.



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

Minha experiência na universidade se deu, primeiramente, porque eu gostava muito de viajar e encontrar amigos surdos de outras cidades do Brasil. Uma vez fui a Recife e meu grupo de amigos me apresentou a universidade, que eu não sabia que tinha surdos estudando, fazendo curso superior e eles me perguntaram: “você já terminou o Ensino Médio, mas ainda não está na faculdade?” e eu respondia que ainda não. Fiquei bastante surpresa e perguntei: “surdos podem fazer faculdade? Meu Deus, no Maranhão ainda não temos universidade com surdos! Então eu peguei a ideia e trouxe para o Maranhão, de incentivar outros surdos a terem um curso superior e lutar para que eu e meus amigos pudéssemos fazer um curso superior (Lídia Maria).

O ingresso tardio no ensino superior, conforme relata Lídia Maria foi conquistado, a partir da interação com outros surdos de outros estados e, principalmente em acreditar no seu potencial. E mais uma vez, ela volta a São Luís com novidades, novos olhares e possibilidades para a comunidade surda. Com esse anseio em realizar um curso em uma universidade no seu estado, Lídia Maria foi em busca de uma universidade pública para pôr em prática essa ideia.

É interessante pontuar que tanto empenho e dedicação no trabalho que realizava no seu primeiro emprego no Conselho Estadual de Educação de São Luís, Lídia foi indicada para trabalhar no Centro de Apoio à Pessoa com Surdez - CAS. Esta respectiva instituição lhe atribuiu como demanda, o deslocamento para outras instituições de ensino com o desígnio de ensinar de Libras para surdos.

E foi neste espaço que a necessidade formativa foi aflorada, pois apesar de estar em atuação no CAS e este ser um espaço especializado na educação de surdos, era preciso capacitação para prestar um maior suporte as novas gerações e demandas de surdos.

Nessa época eu trabalhava no CAS, a gestora geral naquele momento era a E. B. e me sugeriu falar com M. de F. R. L., uma professora lá da UEMA, que aceitou o desafio e já fez uma grande mobilização para que o curso acontecesse, pediu que eu divulgasse o curso e convidasse também os professores que trabalhavam no CAS para se inscrever, pois eles seriam nossos

intérpretes durante as aulas e foi então que eu percebi o quanto de dificuldade eu havia enfrentado durante minha vida escolar, pois no curso superior com tantas pessoas que sabiam Libras ficou bem mais claro tudo que eu deveria aprender (Lídia Maria).

É admirável a luta incessante de Lídia Maria pelos direitos de acesso do surdos nos espaços educativos, tanto que busca por informações com profissionais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), sobre oportunidades para a formação de professores surdos que não tinham formação superior para atuar na Educação Básica, mas que nesse nível já atuavam. Convém pontuar, conforme esclarece Duarte, Santana e Rabelo (2024, p. 94, grifo nosso):

Desde 1992, a UEMA assumiu a política de formação inicial de professores da educação básica no Maranhão com a criação de cursos de licenciatura ofertados em seus *campi* e também por meio de programas especiais em polos espalhados de Norte a Sul do Estado. Ao longo dos seus 30 anos, a política de formação de professores da UEMA é composta de 5 (cinco) programas que foram se implementando à política nacional proposta a partir do final da década de 1990. São eles: Programa de Capacitação de Docentes (PROCAD Versão I, II e III-1993 a 2003), **Programa de Qualificação de Docentes (PQD-2004 a 2009)**, Programa Darcy Ribeiro (2010 a 2016), Programa Ensinar (2017 até os dias de hoje).

Assim, após abertura de edital para seleção por meio do Programa de Qualificação Docente (PQD) da UEMA, Lídia Maria conseguiu aprovação. E sobre o PQD é necessário informar que o objetivo principal do respectivo programa compreendia:

[..] contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica, mediante a qualificação de docentes que atuam nas diversas redes de ensino do Maranhão. O seu período de vigência foi de 2004 a 2008, mas iniciou suas atividades em 2004, ofertando a professores das redes de ensino cursos de licenciatura plena em 94 polos, sendo 88 no Maranhão, um em Roraima, cinco no Pará, de forma modular e presencial nos períodos de férias escolares do ensino regular nos meses de janeiro, fevereiro e julho (Duarte; Santana; Rabelo, 2024, p. 99).

Outro fato interessante foi a escolha do curso, pois a Pedagogia (modalidade Licenciatura) é a ciência cujo objeto é a educação e o desenvolvimento humano no contexto educacional. A busca por um curso com esse viés já demonstra a necessidade sentida por Lúcia Maria no ensino de surdos, posto que a formação de pedagogos na perspectiva de Libâneo (2010, p. 29-30):

[...] ocupa-se do fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso, ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicamente e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa.

Pautada no seu objetivo profissional que já vinha desenvolvendo, a Pedagogia foi um campo muito bem determinado para sua formação, pois como analisa Libâneo (2010, p. 30) “[...] é uma prática social que atua na configuração da existência humana individual e grupal, para realizar nos sujeitos humanos as características de ‘ser humano’”.

E associada à sua luta, bem como as angústias experienciadas na Educação Básica enquanto aluna retornaram, pois diferentemente do que aconteceu nesse ciclo de sua formação, no Ensino Superior a língua de sinais contava com profissionais capacitados para prestar suporte no ensino de surdos.

Convém destacar o posicionamento da professora M.de F. L.R. do curso de Pedagogia da UEMA que, segundo relata a professora Lúcia, foi uma profissional que agiu prontamente para atender o seu pedido demonstrando total preocupação com a formação em nível superior de pessoas surdas.

A UEMA e o Curso de Pedagogia estavam prontos para nos receber, mas precisávamos passar no vestibular; então lá no CAS fizeram uma espécie de cursinho pré-vestibular, para que eu e outros surdos pudéssemos passar no vestibular. Fizemos a prova, e um grande número de ouvintes foram aprovados, em sua maioria intérpretes de Libras [...] e surdos foram quatro aprovados, eu, C., J. G., e F.P. A interação com os colegas de curso era muito boa, e facilitou, pois a maioria trabalhava comigo no

CAS. Então nós estudávamos juntos e se eu tinha alguma dúvida eles me ajudavam a esclarecer. Foram quatro anos de curso e no terceiro ano a turma fez o Estágio, como eu já era professora e pude comprovar, como outros colegas, não precisei passar pelo Estágio, fiz um aproveitamento por meio da comprovação da minha experiência como professora em escolas como C.E.G.E.L.⁴, D. de C. e C. B (Lídia Maria).

Diferentemente do que foi a sua primeira fase formativa na Educação Básica, com exceção do período em que esteve no INES, Lídia Maria recebeu muitos elogios para o curso de graduação em Pedagogia no Ensino Superior. Nesse espaço, ela relata a interação com outros colegas surdos, o seu desenvolvimento durante o curso, enfim, percebe-se uma satisfação e sensação de etapa vencida.

Foto 18 – Lídia em encontro de pessoas com deficiência representando a rede estadual de educação (2006).



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

⁴C.E.G.E.L. era a sigla da instituição de ensino da rede estadual de educação de São Luís, Maranhão denominado de Complexo Educacional Governador Edson Lobão. Atualmente, mudou de nome e chama-se Centro de Ensino João Francisco Lisboa (C.E.J.O.L.).

Foto 19 – Lídia e professores surdos colando grau no Curso de Pedagogia
Licenciatura da UEMA.



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

E os frutos após a conclusão do Ensino Superior começaram a ser colhidos por Lídia Maria, pois além dos conhecimentos aprendidos durante o tempo de curso e que serviram para subsidiar a sua prática docente, que já praticava na condição de contratada, ela conseguiu aprovação em concurso público. Todo o seu empenho e afincos deram certo para que pudesse fazer história novamente na educação de surdos em São Luís.

Após encerrar o curso de graduação em 2008, rapidamente ingressei em uma Pós-Graduação em Pedagogia na Faculdade S. F., o curso foi gratuito, pois eu era professora da instituição. Não demorou muito e foi divulgado o concurso da prefeitura de São Luís, no qual eu fui aprovada e fui a primeira surda concursada da rede municipal de São Luís. Minha primeira escola na prefeitura foi a U.E.B. B. T., ainda no ano de 2008. Já minha experiência como professora anterior a essa data havia sido no CAS na rede estadual, em 2004, porém era apenas contrato e após a finalização do meu contrato com a rede estadual, eu fui trabalhar também na Fundação Sôsaândrade. Porém,

agora era diferente, eu era concursada da prefeitura de São Luís e lecionava para uma turma só de alunos surdos, que era uma experiência nova para mim, um desafio, pois a maioria deles não sabia Libras e eu fui ensinando a eles. Eu dava aula de todas as disciplinas; ensinava Libras, escrevia no quadro em português, usava recursos visuais e aos poucos eles estavam se desenvolvendo. Naquela época não eram muitos surdos como eu imaginava que seriam, pois eu pensava que era uma escola cheia de surdos e na verdade era apenas uma sala de aula de surdos. Ainda assim, ter passado no concurso foi uma grande felicidade para mim e acredito que para os meus alunos também, poder ter uma referência de uma pessoa surda mais velha é muito bom, e aos poucos vê-los evoluindo na Libras foi muito bom (Lídia Maria).

Foto 20 – Lídia com uma turma de alunos surdos na U.E.B.T. da rede municipal de ensino de São Luís



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

Percebe-se que a trajetória formativa de Lídia Maria foi sendo sistematizada na e para a educação. Enquanto aluna surda na educação básica, ela sentiu todas as dificuldades de aprendizagem em decorrência da ausência de profissionais conhecimentos sobre a surdez, de recursos pedagógicos para atender nessa área e políticas de formação docente que auxiliasse no processo formativo.

Paralelo a isso, Lídia Maria sempre foi muito atuante em espaços que em suas agendas traziam a pauta da acessibilidade linguística e direitos dos surdos. Sua presença nesses lugares já era algo conhecido por todos/as. É interessante analisar e rememorar que Lídia Maria aproveitava esses momentos para buscar formação, conhecimento e, principalmente representar o surdo nesse contexto. Além disso, era uma forma de buscar redes de apoio visando garantir conquistas para a inclusão linguística do surdo.

Foto 21 - Lídia Maria no IV Encontro das Associações de Surdos do Nordeste (2015).



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

Abre-se um espaço também para informar que Lídia Maria atuou como presidente da Associação dos Surdos do Maranhão (ASMA) em 5 (cinco) mandatos nos anos 1980 a 2019. Em sua gestão à frente de uma

importante liderança em prol das causas das pessoas com Surdez, Lídia Maria realizou diversas ações como convênios com instituições públicas da capital maranhense, vereadores, deputados e demais lideranças políticas e figuras públicas para oferta de cursos de Libras para funcionários e servidores surdos como destaca a nota do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA) (Santana, 2011).

Foto 22 – Lídia com o filho na posse da Associação de Surdos do Maranhão – ASMA.



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

As associações de surdos desempenham um papel importante para assegurar direitos da comunidade surda, pois “[...] na época em que a língua de sinais foi banida das escolas; elas se tornaram um refúgio onde os surdos podiam conversar em Libras”. Além disso, são espaços que promovem muitas ações diversificadas (esportes, festas, reuniões, eventos interestaduais entre outros) com a função de agregar conhecimento e aproximar o surdo da língua de sinais (Quadros, 2019, p. 45).

Foto 23 – Lídia Maria e Intérprete de Libras ministrando curso de Libras no TRT-MA.



Fonte: Santana (2011).

E como já era uma pessoa com uma forte liderança para representar o surdo em vários contextos, Lídia Maria também lançou-se a política na qualidade de vereadora com a intenção de representar mais diretamente a comunidade surda. Infelizmente não conseguiu a candidatura, mas provou que o surdo pode ocupar diversos espaços.

Foto 24 – “Santinho” de Lídia para eleições do ano de 2012 na capital maranhense.



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

De certo modo, toda a vivência que teve e passou foram combustíveis para seguir firme na luta pelos seus ideais e, notadamente, na luta para o povo surdo. Então, a docência para Lídia Maria foi algo que sempre esteve ao seu lado, no seu caminho, na sua vida. Em seu relato sobre a experiência como professora no ensino de surdos, é nítido a satisfação em ensinar a língua de sinais, e isso é coerente com o que reflete Gadotti (2011, p. 26, grifo do autor) sobre a docência:

Ser professor hoje é viver intensamente o seu tempo com **consciência** e **sensibilidade**. Não se pode imaginar um futuro para a humanidade sem educadores. Os educadores, numa visão emancipadora, não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas.

Diante disso, outro fato interessante apontado por Lídia Maria diz respeito a referência surda em sala de aula para alunos surdos, algo não vivenciado por ela em São Luís. De acordo com os estudos de Quadros (2019) sabe-se que o desenvolvimento da criança surda, inclusive para a

aprendizagem da língua de sinais é potencializada quando há uma referência surda nesse contexto.

Professores surdos podem atuar como professores de Libras, na gestão escolar ou regentes. Eles são fundamentais na educação de surdos, pois são tanto referências da Libras para as crianças surdas quanto da comunidade surda. [...] Os professores surdos entre os possíveis papéis que podem ocupar na escola, também assumem o papel de sinalizantes de referência, logo, de falantes de referência. Essa representação é importante porque eles passam a ser as referências da Libras para os alunos da escola. [...] Assim, os professores surdos desempenham um papel fundamental para concretizar relações constituidoras das crianças ao longo do seu desenvolvimento linguístico e sociocultural (Quadros, 2019, p. 175-176).

Na trajetória formativa de Lídia Maria ao regressar do Rio de Janeiro para São Luís, foi perceptível a carência de um ensino voltado para ela e os colegas surdos. Mas é importante assinalar que não se busca procurar culpados, nem que se responsabilize o professor por uma ausência de formação, mas que se parta para a conquista de aperfeiçoamento e demais lutas.

E sentindo essa necessidade, Lídia Maria partiu para buscar apoio e capacitação para tentar superar as lacunas formativas da sua cidade no ensino de surdos. Ela não ficou à espera das ações, a sua inquietação com uma situação não favorável ao ensino de surdos, a conduziu para a busca de alternativas.

Depois que assumi o concurso e comecei a lecionar na U.E.B. B.T. só depois de dois anos, a Superintendente da Educação Especial, professora D.A., veio na escola fazer uma visita técnica para ver como estava sendo meu trabalho e percebeu o quanto meu trabalho estava sendo bom. Eu tinha muita dificuldade de me comunicar com os pais dos alunos e sempre indicava que eles fossem fazer curso de Libras lá no CAS e alguns foram, o que foi essencial para o desenvolvimento dos filhos. Depois de 4 anos no U.E.B.B.T., a superintendente D. A. me puxou da escola para outras demandas [...] eu fui trabalhar na SEMED com os cursos de Libras, dando formação para os professores, pois nessa época eram poucos os profissionais da área da surdez

e para pais de surdos também, pois a SEMED fez uma parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos – APADA (Lídia Maria).

E como já vinha desenvolvendo um trabalho significativo com alunos surdos, não tardou para ter seu reconhecimento e outras oportunidades emergiram, pois como referência surda e praticamente pioneira nas ações pedagógicas pontuais voltadas para o uso e difusão da Libras na cidade de São Luís, ela começou um trabalho de professora formadora e nesse contexto, outros propósitos para intensificar o uso da língua de sinais pela comunidade surda foram sendo pensados.

É importante considerar que Lídia Maria foi e continua sendo muito atuante nessa causa, a qual busca adentrar espaços para levantar a bandeira da educação de surdos e cobrar medidas e alternativas voltadas para o ensino de surdos de forma que atenda às suas necessidades linguísticas.

E um parêntese quanto ao aspecto formativo, Lídia Maria foi aprovada via processo seletivo para o Curso de Mestrado Profissional em Gestão da Educação Básica pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, com um projeto voltado para o ensino de surdos. Seus voos continuam sendo altos, e ela continua fazendo história e contribuindo para a educação de surdos em nossa cidade.



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

É notória a persistência de Lídia Maria para adentar em vários espaços e momentos. Essa interação e compromisso, revelam uma pessoa sem comodismos; enaltece uma mulher surda que parte para buscar de seus propósitos e objetivos. A surdez nunca foi uma sentença, uma condenação, uma limitação para Lídia. Esse capítulo revelou uma pessoa que nunca se colocou em uma posição inferior por ser surda; é uma mulher determinada e que dedicou grande parte de sua vida para lograr muitas vitórias para a comunidade surda de sua cidade e estado.

Capítulo 3

PONTO DE ENCONTRO COM UM PROPÓSITO

*“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada.
Caminhando e semeando, no fim, terás o que colher”. Cora
Coralina (1997)*



Descrição da imagem: foto de Lídia Maria com a bandeira internacional da comunidade surda. Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

O contexto formativo de Lídia Maria na Educação Básica e, posteriormente no Ensino Superior foram assinaladas por vários nuances. O déficit no Ensino Fundamental e Médio apesar de ser uma queixa de Lídia, foi sendo superado no Ensino Superior.

E na aprovação em concurso público para a Educação ela mostrou que é preciso persistência, busca por conhecimento e redes de apoio, pois as lacunas encontradas na formação é a realidade de muitos professores no Brasil, pois ainda é fato que “[...] os professores estão despreparados para lidar com os alunos surdos devido à ausência de procedimentos metodológicos que privilegiam a experiência visual do surdo no processo de ensino aprendizagem” (Campos, 2014, p. 55).

No contexto da Educação de Surdos, historicamente a realidade que se vivencia ainda é de carência formativa, mas em contrapartida, muitas políticas foram criadas e muitas estão fase de implementação para atenuar uma necessidade que é histórica no Brasil.

[...] para a criança surda, a educação que é oferecida pelo ambiente (no caso, o que está formado por pessoas ouvintes e falantes de uma língua oral) não é suficiente, fato que requer uma intervenção educativa especial. Assim, [...] para crianças surdas deverá criar um ambiente linguístico e socioafetivo (especialmente o familiar e escolar), que possam ser para essa criança, o que são para a criança ouvinte. Significa dizer que a criança surda necessita desses ambientes especiais para se desenvolver em todos os sentidos (Slomski, 2019, p. 19-20).

A questão central apontada por Slomski (2019) dialoga com as necessidades formativas apontadas por Lídia, isto é, que urge por um ambiente de ensino que atenda o sujeito com surdez adequadamente. E essa necessidade principal é a linguística, ou seja, um espaço em que a Libras seja a língua dominante, que figure como a primeira língua. E é justamente nesse ponto que começa a tomar forma outra necessidade visionada por Lídia Maria.

Depois de um tempo voltei a trabalhar no U.E.B.B.T., mas eu tinha o sonho de termos uma Escola Bilíngue, por isso eu fui atrás do quantitativo de surdos matriculados nas escolas da rede municipal para que eu pudesse lutar por uma Escola Bilíngue

para surdos. Fui de escola em escola que tinha surdos fazendo esse levantamento aos poucos [...]. Meu segundo passo foi falar com a vereadora H.D. para que ela fizesse um Projeto de Lei para criação de uma Escola Municipal Bilingue para Surdos. Apresentei o quantitativo de surdos espalhados pela UEBs da rede municipal para ela entender que tínhamos público numeroso para a escola, pois a meu ver os surdos estavam sendo prejudicados nas escolas regulares pelo modelo de inclusão. [...] eu acabava até faltando alguns dias na escola, pois eu precisava lutar pela nossa causa. Até que um dia a gestora foi na minha sala e notou minha ausência [...] Eu voltei na escola, mas a gestora já tinha avisado D.A., que veio na escola saber o que estava acontecendo e o porquê de eu estar faltando tanto (Lídia Maria).

Munida pela desejo e luta pela causa das pessoas com surdez, quanto a uma escolarização adequada e que respeitasse os aspectos e necessidades dos surdos, Lídia Maria começa a se mobilizar de forma autônoma e correndo riscos de perder seu cargo público, em busca de colocar em prática a ideia em montar uma Escola Bilingue para surdos, ou seja, em criar um espaço em que a abordagem educacional do bilinguismo seja concretizado. E sobre as questões que envolvem a Educação Bilingue para surdos, Slomski (2019, p. 59) esclarece que:

A proposta educacional bilíngue [...] fundamenta-se em estudos socioantropológicos, psicológicos, políticos, educacionais e linguísticos relacionados com a cultura e a identidade da pessoa surda. [...] a educação bilíngue não se limita ao simples fato de utilizador duas línguas nas atividades escolares, mas busca, sim, um espaço prioritário para a língua *natural* da pessoa surda - Língua de Sinais - e o direito de a criança surda adquiri-la por processos naturais durante o mesmo período em que a criança ouvinte adquire uma língua de modalidade oral.

Dessa maneira, cogita-se a criação da primeira escola para surdos em São Luís, com a perspectiva do bilinguismo e não mais um espaço especializado com surdos, mas um ambiente regular que utilize as duas línguas, a Libras e Língua Portuguesa no processo de escolarização de crianças e jovens surdos. Um espaço com essas características é muito indicado para

esse perfil de alunos, haja vista, ter profissionais com proficiência em Libras surdos e ouvintes que ministram suas aulas e atividades nas duas línguas.

Eu apresentei todas as provas e documentos que eu já havia organizado com a vereadora H. D.; D.A. ficou surpresa que eu estivesse lutando pela causa surda, por uma Escola Bilíngue. Após todo esclarecimento, a gestora da escola compreendeu meus motivos de ausência e D.A. explicou que eu não podia ser exonerada por lutar pela causa surda, até porque eu era uma referência para a comunidade surda, de ser a primeira surda professora do município de São Luís a passar em concurso da rede. Assim surgiu a proposta de uma Escola Bilíngue para surdos no município de São Luís. Fizemos então uma reunião com as entidades representativas da comunidade surda, a SEMED, a ASMA e a Prefeitura de São Luís, sendo nossa proposta aprovada no final do ano e foi um processo bem demorado. Ao final de tudo o então Secretário de Educação da rede municipal, o Senhor M. F. me parabenizou por lutar pelos surdos, e principalmente por eu ter lutado praticamente sozinha por essa causa. Disse que minha ideia era muito boa e gostaria que eu fosse a gestora da escola nova. Eu não aceitei, disse que não queria, pois eu preferia que fosse outra pessoa primeiro, com experiência, então sugeri o nome da E.R.P. da S., uma professora ouvinte que eu já conhecia e sabia que tinha bastante experiência com surdos e seria uma ótima gestora; além dela, eu escolhi e sugeri outros nomes de profissionais para compor a equipe da Escola Bilíngue, e levei como sugestão para o Secretário que concordou (Lidia Maria).

Foto 26 – Lídia Maria na recém inaugurada Escola Bilíngue de Surdos de São Luís, Maranhão (2021).



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

Foto 27– Lídia em atividades com alunos surdos da Escola Bilíngue.



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

O sonho da professora Lúdia foi concretizado. Mesmo tendo enfrentado várias batalhas, lutando muitas vezes sozinha em prol das necessidades da comunidade surda e das suas também, em nenhum momento ela desistiu. Seguiu acreditando no melhor para a escolarização e formação como um todo para os surdos. Após muitas lutas, a Escola Bilíngue finalmente pode ser constituída, por meio da Lei n. 351 de 12 novembro de 2013, com o objetivo de oferecer a comunicação e instrução das atividades escolares para o ensino de todas as disciplinas curriculares a crianças e jovens surdos.

Convém pontuar que a Escola Bilíngue de Surdos de São Luís já funcionava em quatro salas emprestadas de uma instituição de ensino e depois, migrou para um espaço em outra instituição. Com a crescente demanda de matrículas para o espaço onde funciona a “Escola Bilíngue de Surdos” foi necessário buscar um espaço próprio. Diante disso, em 2021 um prédio localizado na área central de São Luís foi requalificado e organizado com mobiliário e uma estrutura adequada para receber os antigos e novos estudantes (Ribamar, 2021).

E o novo espaço contou com “[...] uma sala de Educação Infantil; seis salas para turmas do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental (anos iniciais no matutino e finais no vespertino); uma sala para a Educação de Jovens e Adultos (EJA); duas Salas de Recursos Multifuncionais para a oferta do Atendimento Educacional Especializando Bilíngue; Brinquedoteca; Biblioteca; e Sala de Informática com 10 computadores” (Ribamar, 2021).

Foto 28 – Fachada da Escola Bilíngue de Surdos de São Luís.



Fonte: Ribamar (2011).

Foto 29 – Sala de aula da Escola Bilíngue de Surdos de São Luís.



Fonte: Ribamar (2011).

Foto 30– Lídia em ação realizada pela Escola Bilíngue.



Fonte: arquivo pessoal de Lídia Maria.

E oficialmente é a primeira escola da capital maranhense (Decreto n. 60.323 de 12 de abril de 2024) voltada para o ensino de surdos em duas línguas.

A primeira Escola Bilíngue, ainda com apenas uma sala de surdos, começou a funcionar na U. I. G. M. C., no bairro do Monte Castelo. Depois de um ano, nos mudamos para a U.E.B L. V., mas novamente eu fiquei no pé da SAE para reivindicar um prédio próprio da Bilíngue, pois não queríamos apenas uma sala de aula emprestada de outra escola, temos muito mais surdos nessa cidade e uma sala é pouco. Desde o surgimento da Escola Bilíngue que era apenas uma sala, tanto o número de alunos foi evoluindo, quanto o desenvolvimento desses alunos, que nem sabiam sinalizar direito e foram conquistando autonomia em sua língua. Foi uma grande luta, fiquei no pé da D.A. e do M. F. até que conseguimos o nosso prédio próprio. Hoje a Escola Bilíngue cresceu bastante, temos muito mais alunos e

o nosso quadro de profissionais também expandiu; profissionais que sabem muito bem a Libras, todos muito inteligentes e fluentes em língua de sinais e utilizando a Libras e a Língua Portuguesa escrita para o ensino de nossos alunos, dando o foco principal na L1. Nossos alunos têm aprendido muito rápido, pois os professores só utilizam Libras no ensino e o português em sua modalidade escrita, agora a Escola Bilíngue está muito melhor e todos os profissionais que têm chegado na escola são ótimos. Eu trabalhava inicialmente apenas à tarde, hoje trabalho nos dois turnos, matutino e vespertino, pois estávamos sem professor surdo pela manhã então iniciei o trabalho também pela manhã. [...] Fico admirada o quanto as crianças têm evoluído, crianças de 7 anos sinalizando, super inteligentes e esforçadas, que já sabem escrever em português, e isso é devido aos excelentes profissionais que temos na escola, fico de boca aberta com tanto profissionalismo (Lídia Maria).

Em um primeiro momento, a luta pela Escola Bilíngue foi vencida, mas ainda era preciso um espaço mais adequado para atender a crescente demanda de alunos surdos que chegava. E mais uma vez, a nossa Lídia Maria foi em busca de diálogos com as autoridades políticas competentes para acelerar esse processo de edificação e um espaço próprio para a escola.

[...] uma escola bilíngue deverá contar em seu corpo docente, com representantes surdos e ouvintes, sendo que todos deverão ser fluentes na Língua de Sinais, pois será com base nesta língua que se desenvolverá a leitura e a escrita e dessa forma serão apresentadas às crianças dos conteúdos escolares (Slomski, 2019, p. 108).

E quanto ao quesito formação docente, Lídia Maria relata que está muito satisfeita com os profissionais que atuam na escola, pois demonstram além da fluência na Língua de Sinais, o compromisso e competência no ensino de surdos. Destaca que o caminho é longo, mas vai ser caminhado mesmo com as adversidades. E com relação a esse ponto é importante mencionar que, apesar da escola estar no rumo certo, ainda são necessários mais investimentos em formação docente dentre outros insumos, pois conforme compreende Slomski (2019, p. 109):

[...] a educação bilíngue, apesar das inúmeras dificuldades operacionais a serem vencidas, é um dos caminhos mais eficazes para educar crianças surdas. Por meio de uma metodologia bilíngue tornar-se-á possível propiciar a aprendizagem escolar do surdo, estimular seu desenvolvimento linguístico, cognitivo e afetivo, melhorar sua socialização e, consequentemente, promover a real integração individual e social da pessoa surda.

Só de imaginar os percalços sofridos por Lídia Maria na sua formação e que hoje, graças ao seu empenho e luta, não estão sendo sofrido por muitos familiares de alunos surdos no ensino, é algo que a faz continuar na luta e se dedicando cada vez mais pela educação de surdos. E que a Educação Bilíngue, hoje uma modalidade desde o ano de 2021, possa ser fortalecida mais e mais.

E essa luta não é somente de uma pessoa, mas de várias, especialmente dos familiares de crianças surdas. A própria Lídia conquistou muitas vitórias graças ao empenho de seus pais que lutaram pela sua educação e a mesma mensagem ela faz questão de pontuar para os familiares dos alunos que ingressam na Escola Bilíngue.

Mas falta que as famílias aprendam língua de sinais, pois os meninos precisam de apoio para fazer as tarefas em casa, às vezes as tarefas voltam sem respostas, pois as mães não sabem se comunicar e ajudar os filhos. Eu fico triste com isso, porque eles acabam perdendo muito com isso, poderiam estar aprendendo mais, porém esbarram nesse bloqueio de comunicação. Os pais precisam aproveitar a oportunidade de aprender Libras, precisam frequentar o curso de Libras que a Bilíngue promove especificamente para os pais e responsáveis de forma gratuita, temos profissionais para isso. [...] As mães que já frequentam o curso tem uma ótima evolução, já se comunicam comigo e tudo isso faz com que a Bilíngue seja um lugar ainda melhor (Lídia Maria).

Em nada adianta ter políticas e mais políticas direcionadas para o ensino de surdos, se a família não cumprir o seu papel na educação de seus filhos. Como destaca Lídia Maria, as mães que frequentam o curso de Libras que a própria escola oferece exclusivamente para a família dos alunos matriculados na escola, conseguem se comunicar com seus filhos,

ajudam nas tarefas e contribuem para que o filho adquira a fluência mais facilmente e se sinta estimulado na aprendizagem. Até porque, conforme pontua Slomski (2019, p. 67):

[...] a filosofia do bilinguismo propõe que as famílias das crianças surdas aprendam a língua de sinais, que participem da comunidade de surdos e que surdos adultos sejam incorporados no ambiente familiar, para que, assim, seja criado um ambiente linguístico e sócioafetivo do qual essa criança necessita para a aquisição da língua de sinais, podendo assim se desenvolver em todos os sentidos.

Sem dúvida, o sonho de Lídia Maria virou conquista. A criação da primeira Escola Bilíngue para Surdos em São Luís é, sem dúvida, um momento lembrado com muito louvor, carinho e orgulho, pois ao invés de ter aceitado a realidade social durante seu processo de escolarização e dos seus colegas (negação e exclusão) reproduzindo o discurso da falta disso ou daquilo, que só colabora mais para sustentação do estado atual da educação de surdos no Brasil, ela escolheu lutar para a superação desse discurso e em alargar os estreitos caminhos que levam o surdo a escola, por isso foi à luta e hoje é uma pessoa que contribuiu para mais esse avanço social na realidade do surdo ludovicense. Tudo isso, nos faz refletir na perspectiva de Costa (2023, p. 162):

Se sonhamos e desejamos o futuro, o passado e o presente nos impulsionam a seguir adiante, com esperança racional, lucidez crítica e ousadia em afirmar as possibilidades e os desafios da inclusão em uma sociedade excludente. Isso, certamente, exige coragem e, sem coragem, não se enfrenta a violência.

A luta travada por Lídia Maria advém das minorias, da força de vontade historicamente e socialmente constituído, em lutar em prol dos seus direitos e espaços. Hoje, como em outras épocas passadas, todos nós temos uma tarefa histórica a desempenhar, e ela passa pela continuação da luta pela dignidade da pessoa humana independente de sua condição e/ou deficiência, pelo direito de todos indistintamente.

O educador não pode desconhecer essa história nem acreditar que a escola por si só possa resolver os problemas das pessoas e do país. Ao mesmo tempo, não pode se deixar

Lídia Maria conseguiu utilizar suas forças pelo diálogo, buscando sempre se reunir com as lideranças políticas, com a comunidade surda e demais sujeitos que partilhavam de suas ideias, interesses e necessidades e sobre esse ponto é interessante frisar no ponto de vista de Colares, Colares e Cardozo (2021, p. 202) que a prática do diálogo é essencial para o entendimento, “[...] o que não significa ausência de divergências, mas, acima de tudo, o convívio respeitoso com o contrário, sem extremismos”.

Virtual Castro

www.virtualcastro.com.br

Informação
Educação
Cultura

Pessoas que fazem a diferença!

"Somos iguais às pessoas ditas 'normais', temos capacidade para formos capazes de cozinhar, estudar, trabalhar, ensinar, ter vida digna e lutar por acabar com qualquer preconceito!"

Lidia Azeiteiro - Professora
Lida Lúcia - Maratonista - Jovem
 Fone: (81) 3223-7785 - SMS: use o site de ID Info: procure em: www.virtualcastro.com.br
 E-mail: lidia_az@virtualcastro.com.br

Conheça a história de Lidia Maria Trindade Azeiteiro, uma referência na luta pela igualdade e inclusão social dos Surdos no Maranhão.

Sua trajetória de vida iniciou-se em Dezembro de 1955, sua mãe, Srta. M. Almeida, teve um filho, o Sr. João, com deficiência intelectual. Lidia nasceu em 1957, com o nome de Trípiti Lúcia. Lidia não tem conhecimento de como educar uma pessoa Surda buzoqui. Ela não sabe ler e escrever.

A Sr. Maria Trindade tentou ensinar a filha a falar, com o auxílio dos filhos Surdos, e a alfabetizá-la usando placas com os caracteres cingues línguas-Surdas. Esse esforço foi recompensado: Lidia conseguiu ler e escrever. Lidia começou a estudar no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), onde cursou na década de 70, especializada no ensino para Surdos. Foi ali, no linguo de São Luís, que conheceu o Sr. João.

O seu retorno para São Luís, deu-se ainda na adolescência, pois continuou seus estudos na classe especial integrada, do colégio Glória (então atualizado Escola Modelo), onde frequentou o primeiro grupo de Surdos da capital a aprender a Língua de Sinais. Logo depois, capacitou professores de escolas estaduais na metodologia de ensino para Surdos, em sua comunidade, colaborando com pais de Surdos (muitos pais, com ênfase na Surda, não tinham conhecimento de Português), pois coordenou do segundo período da vida do país (o Sr. João, de 16 anos) mantendo assim, que surdo não impediu a individualidade de se desenvolver também espiritualmente.

Lidia tem um visível conhecimento profissional, trabalhou na Assembleia Legislativa, foi Assistente Administrativa da

Secretaria Estadual de Educação, integra o Centro de Atendimento à Surdez do Estado do Maranhão, tirando proveito de sua comunidade em geral, ministrando cursos sobre Acessibilidade e Cursos de LIBRAS para a rede privada.

Em 2003, com quase 50 anos, ingressou na Universidade Estadual do Maranhão, tornando-se em Pedagogo no início de 2004, para trabalhar no Colégio Estadual de São Luís, em São Luís, onde é a Certificadora Especial do MEC - PROLIBRAS. Desde 2002, integra o Fórum Estadual de Direitos Humanos, Fórum da Pessoa com Deficiência e a Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência do Conselho Estadual de Defesa da Pessoa com Deficiência. Lidia prefere sua especialização em sua comunidade. Estudou e Doutorado e a entender sua vocação política.

Lidia, pretende continuar na luta por inserção dos Surdos no ambiente em São Luís, mas em todo o Estado, para o símbolo social quanto ao familiar, visto que, a maior possibilidade inicia-se desde dos próprios anos, por falta de assistência médica, e a falta de conhecimento de técnicas e/ou necessidades das pessoas Surdas.

75

O caminhar de Lídia Maria em prol da criação de um espaço destinado para um ensino conforme as necessidades linguísticas de crianças e jovens surdos tem sido louvável, pois a Escola Bilíngue já tem pouco mais de 4 (quatro) anos de existência e tem contribuído com a formação de muito surdos para seguirem as próximas etapas da Educação Básica.

E a luta ainda continua. Apesar da criação da escola, do processo de implantação e direcionamentos da abordagem educacional do bilinguismo, muito trabalho ainda deve ser feito e Lídia Maria, a cada momento de sua vida tem empreendido esforços para que essa luta não cesse, posto que “[...] a história nunca está pronta, nem é absoluta. O fazer histórico é um processo permanente [...] Portanto, a história acontece em um processo vivo narrado no presente com representações do passado e pode se modificar conforme o futuro que se deseja” (Lopez, 2008, p. 17).

CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

Este livro buscou por meio de uma análise no relato autobiográfico da Professora Lídia Maria Trinta Arouche – “Lídia Maria”, apontar e discutir as principais barreiras e obstáculos compartilhados por muitos surdos quanto ao seu processo de escolarização e, principalmente identificação enquanto sujeito social. Entre as principais barreiras e obstáculos vivenciados tem-se desde a inadequação de um ensino que respeite os aspectos linguísticos do surdo; a carência de políticas para formação de profissionais bilíngues para atender alunos surdos nas escolas regulares e a importância na ampliação de escolas bilíngues para surdos.

Situações como essas são mais frequentes do que se possa imaginar e ainda contemporâneas. Além disso, com o relato de Lídia Maria foi possível perceber que a família é o principal ponto de apoio para o desenvolvimento do aluno surdo na escola. Ela teve essa assistência e conseguiu dar muitos voos em sua vida e enfrentar muitas situações desafiadoras; as lições que a família ensina se constituem como elementos indispensáveis para a formação cidadã.

Para Piaget (2007) é primeiramente no seio familiar que a criança participa e aprende os valores morais, as noções de afetividade e respeito. A escola é o segundo grupo social em que ela irá interagir com outras pessoas e adquirir outros modos de pensar. Assim sendo, “[...] este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca [...] Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar [...] aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...]” (Piaget, 2007, p. 50).

Desse modo, este livro também teve como propósito sensibilizar professores e demais profissionais da educação, e principalmente familiares de alunos surdos sobre a importância em obter conhecimentos sobre a surdez, em acreditar no potencial dos seus filhos/alunos e buscar e lutar em prol de ações que valorizem a cultura e identidade surda e o uso e difusão da língua de sinais.

Associado a isso, este livro fique como um registro da trajetória de uma professora surda insistente e persistente que nunca deixou de lutar pelos

seus ideais e pela causa surda como ela mesma traz em seus relatos. E que esta produção sirva de base para muitos surdos que estão nesse caminhar. E tudo isso foi possível com o envolvimento de Lídia Maria no uso da língua de sinais e por sentir na pele as dores da exclusão e carência linguística.

Portanto, a história é feita por pessoas e que “[...] como titular de sua trajetória de vida, toda pessoa tem o direito de decidir o que quer contar sobre sua experiência, bem como de qual forma e para quem quer transmiti-la” (Lopez, 2008, p. 31). E, foi justamente por meio desses acontecimentos lembrados com muito carinho e emoção por Lídia Maria analisados aqui neste livro que essa bela trajetória pode ser contada.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. **As melhores crônicas de Rubem Alves**. Campinas, SP: Papirus, 2008.
- ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, 1998.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Brasil: Ministério da Saúde, Brasília, DF, 2016.
- BRASIL. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012.
- BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BRASIL. Lei n. 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 4 ago. 2021.
- BRASIL. Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 25 out. 1989.
- BRITO, A. M. W. de; DESSEN, M. A. Crianças surdas e suas famílias: um panorama geral. Porto Alegre, RS, **Psicologia: reflexão e crítica**, n.12, v. 2, 1999.
- CAMPOS, M. de L. I. L. Educação inclusiva para surdos e as políticas vigentes. *In*: LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à LIBRAS e a educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2014. cap. 1, p.13-26. cap.3, p. 37. 61.
- CARROLL, L. **Alice no País das Maravilhas**, 1865.
- CARVALHO, M.P.; SILVA, R. S.; SILVA, L. C. S. e.; MACHADO, M. da. S. Na trilha da história da Educação Especial e da Educação Inclusiva: um encontro com conquistas e desafios na área da Deficiência Visual. *In*: SILVA, R. S.; SALES, F.H.S. (org.) **Um olhar inclusivo sobre o ensino das ciências e da matemática**. Curitiba: Appris, 2017. cap. 1, p.23-47.
- CASTRO JÚNIOR, G. de. Cultura surda e identidade: estratégias de empoderamento na constituição do sujeito Surdo. *In*: ALMEIDA, W. G. (org.). **Educação de surdos**: formação, estratégias e prática docente. Ilhéus, BA: Editus, 2015. cap 1, p. 11-26.
- COLARES, M. L. I.; COLARES, A. A.; CARDOZO, M. J. P. B. S. Permanências, rupturas e desafios na educação brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 28, n. 1, jan./mar, 2021.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MARANHÃO. Escolas Desativadas. Disponível em: <https://is.gd/kNKPaj>. Acesso em: 30 jun. 2025.

- CORALINA, C. **Vintém de cobre**: meias confissões de Aninha. São Paulo: Global Editora, 1997.
- COSTA, V. A. da Educação inclusiva, direitos humanos, formação docente e democratização da escola. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 10, n. 2, p. 159-172, jul./dez, 2023
- DIAS, É.; PINTO, F. C.F. Educação e Sociedade. Rio de Janeiro, **Ensaio**: avaliação de políticas públicas, v.27, n.104, p. 449-455, jul./set. 2019.
- DUARTE, A. L. C.; SANTANA, F. de J. S.; RABELO, M. J. S. Programas de formação de professores da Universidade Estadual do Maranhão: o que os dados revelam?. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 25, n. 58, p. 86-109, maio/ago. 2024.
- FERRARI, R. da S.; RIBEIRO, M.F. da R. Ser mãe, ser pai: desafios na contemporaneidade. **Cadernos de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 42, p. 225-242, jan./jun. 2020.
- FERRAROTTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (org.) **O método (auto) biográfico e a formação**. Tradução Maria Nóvoa. 2 ed. Natal, RN: EDUFRRN, 2014.
- GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho**: ensinar e aprender com sentido. 2. ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.
- GESSER, A. **O ouvinte e a surdez**: sobre ensinar e aprender a Libras. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. São Paulo: DP&A, 2006.
- HOFFMEISTER, A.; CARVALHO, L. M.; MARIN, A. H. Compreendendo o amor e suas expressões em diferentes etapas do desenvolvimento. **Revista Subjetividades**, n. 19, v. 2, 2019.
- JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 90-113.
- LACERDA, C. F. de; SANTOS, L. F. dos; MARTINS, V.R.de O. (org.) **Libras**: aspectos fundamentais. Curitiba: InterSaberes, 2019.
- LIBÂNIO, J.C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- LIRA, M.C.F.de SCHLINDWEIN, L. M. A pessoa cega e a inclusão: um olhar a partir da psicologia histórico-cultural. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 75, p. 171-190, maio/ago. 2008.
- LOPEZ, I. **Memória social**: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local. São Paulo: Museu da Pessoa; Senac, 2008.
- MOURA, M. C. de. Surdez e linguagem. In: LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à LIBRAS e a educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2014. cap. 1, p.13-26.
- NAKAYAMA, B. C. M. S. Leitura e produção do conhecimento e potencialidade heurística das narrativas educativas. In: NUNES, C.M.F. e ARAÚJO, R. M. B. de. (org.) **Narrativas de Professores em Formação**: o Significado de ser Pedagogo. Jundiaí, Paco Editorial: 2015, p. 15-36.
- PASSEGI, M. da C. Narrativas da experiência na pesquisa-formação: do sujeito epistêmico ao sujeito biográfico. **Roteiro**, Joaçaba, v. 41, n. 1, p. 67-86, jan./abr. 2016.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

QUADROS, Ronice Müller de. **Libras**. São Paulo: Parábola, 2019.

RIBAMAR, Rafaelle. Prefeito Eduardo Braide entrega primeira escola municipal integral para o ensino de pessoas surdas. 16 set. 2021. Disponível em: <https://is.gd/Xb0Dof>. Acesso em: 30 mar. 2025.

ROCHA, Solange. **INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos**. Espaço: edição comemorativa 140 anos, Belo Horizonte: Editora Littera, 1997.

SÃO LUÍS. Decreto N. 60.323 de 12 de abril de 2024. Dispõe sobre a criação de Unidade de Educação Básica e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de São Luís**, 2024.

SÃO LUÍS. Lei n. 351, de 12 de novembro de 2013. **Diário Oficial do Município de São Luís**, 2007.

SANTANA, V. Servidores aprendem Libras para receberem surdos contratados pelo TRT do Maranhão. Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA), São Luís, 24 jan. 2011, 14:18. Disponível em: <https://is.gd/4dIyLb>. Acesso em: 4 jan. 2025.

SANTOS, J. T. P. **O perfil profissional e formativo dos intérpretes educacionais de Libras-Português que atuam no Ensino Fundamental em São Luís-MA**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras Libras) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2018.

SCHLESENER, A. H.; MASSON, G.; SUBTIL, M. J. D. (org.). **Marxismo (s) & educação**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

SILVA, A. B. de P. e; ZANOLLI, M. de L.; PEREIRA, M. C. da C. Surdez: relato de mães frente ao diagnóstico. **Estudos de Psicologia**, n. 13, v.2, p. 175-183, 2008.

SILVA, A. B. de P. e; ZANOLLI, M. de L.; PEREIRA, M. C. da C. Mães ouvintes com filhos surdos: concepção de surdez e escolha da modalidade de linguagem. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 279-286, jul./set. 2007.

SILVA, D. F. da; ALVES, C. F. Aceitação familiar da criança com deficiência: revisão sistemática da literatura. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 41, n. 3, p. 1-15, 2021.

SKLIAR, C. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. *In*: SKLIAR, C. *et al.* (org.). **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. p. 105-153.

SLOMSKI, V. G. **Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas**. 3 reimp. Curitiba: Juruá, 2019.

SOUSA, M. G. da S.; CABRAL, C. L. de O. A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. **Horizontes**, v. 33, n. 2, p. 149-158, jul./dez. 2015.

STROBEL, K. **História da educação de surdos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

SOBRE AS AUTORAS E COLABORADORA

LUCIANA DE JESUS BOTELHO SODRÉ DOS SANTOS



Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) da rede estadual e municipal de ensino de São Luís, Maranhão. Pesquisadora e membro do Grupo de Estudos em Formação de Professores e Práticas Educativas (GEPS-UEMA). Canal no YouTube: @lucianabotelho

E-mail: prof.luciana.libras@gmail.com

LÍDIA MARIA TRINTA AROUCHE



Mestranda em Gestão da Educação Básica pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora de Libras da rede municipal de educação de São Luís, Maranhão.

E-mail: lidialibras@gmail.com

ANDRÉA PESTANA PINHEIRO



Mestra em Educação Inclusiva pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Intérprete de Libras da rede estadual e municipal de ensino de São Luís, Maranhão.

E-mail: pestanandrealmeida@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

acessibilidade linguística 16, 34, 57
aprendizagem 29, 35, 48, 57, 61, 65, 73–74
Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) 43
Associação dos Surdos do Maranhão (ASMA) 57
Atendimento Educacional Especializado 12
autobiografia 12

B

beleza 25–26
bilinguismo 18, 66, 74, 76
biografia 12, 15
Brasil 16, 22, 34, 37, 39–41, 51, 65, 74

C

capacitação 51–52, 61
comunicação 33, 37–42, 69, 73
comunidade surda 11, 18, 40, 43–44, 51, 59, 61–64, 67, 69, 75
concurso público 55, 65
curso 34, 43, 46, 51–55, 59, 61–62, 73

D

Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005 40
deficiência 21–23, 34, 38, 44, 48, 54, 74

direitos 18, 34, 38, 52, 57, 59, 74
direitos dos surdos 57
dispositivos legais 34
docência 13, 15, 18, 60

E

educação 11, 13, 15–16, 18, 32–34, 37, 39–40, 42–44, 46–48, 51–55, 57, 61–63, 65–67, 69, 73–74, 76–77
Educação Bilíngue de Surdos 11, 16, 18
Educação de Surdos 13, 15, 32, 37, 39, 44, 51, 55, 61–62, 65, 73–74
Educação Especial 34, 61
ensino de surdos 18, 22, 36, 41–44, 48, 53, 60–62, 71–73
Ensino Fundamental 46, 48, 65, 69
Ensino Médio 46, 48, 51
Ensino Superior 16, 51, 53–55, 65
Ernest Huet 38–39
escola 12, 17, 23, 33–35, 38, 41–42, 45, 55–56, 61, 65–74, 76–77
Escola Bilíngue para Surdos 65–67, 74
espaço de pertencimento 37
estereótipo 43
eventos 49, 59

F

família 13, 19–23, 27–28, 35–36, 38–39, 42, 47, 73, 77
filhos 20, 22, 38–39, 42, 47, 61, 73–74, 77
Flausino José da Gama 39
formação superior 52

H

herança linguística 43
história 11, 13–15, 18, 24, 38, 44, 55, 62, 74, 76, 78

I

identidade surda 12–13, 33, 36–37, 77
inclusão linguística 57
Instituto Nacional de Surdos – INES 22

L

Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002 40
Lei n. 13.146/2015 34
Libras 11–12, 16, 18, 23–25, 33, 39–40, 43–46, 51–53, 56, 58–59, 61–62, 65–67, 72–73
Lídia Maria 11–36, 38–69, 71–78
Língua de Sinais Francesa (LSF) 39
língua dominante 65
linguagem 23, 39
língua materna dos surdos 39

luta 18, 25, 38, 46,
52–53, 60, 66, 71–76

M

Maranhão 18–19, 22–23,
41–42, 44, 48, 50–52,
57–58, 62, 68
memória 11–12
mercado de trabalho
47–48
movimentos 44–45
mudanças sociais 18, 39
mulher surda 11, 15, 63

O

ouvintes 12, 21, 24, 39,
46, 53, 65, 67, 72

P

Padre Surdo Vicente de
Paulo Penido Burnier 24

Pedagogia 53–55
políticas linguísticas 46
português escrito 12, 43
povo surdo 60
preconceitos 23, 38
profissionais 34–35, 39,
41, 44, 52–53, 57, 61, 67,
72–73, 77

Programa de
Qualificação Docente
(PQD) 52

R

referência surda 12,
60–62
representatividade 40
Rio de Janeiro 22, 24,
35–38, 41, 44, 61

S

sala de aula 56, 60,
70–71

São Luís 11, 18–19, 22,
28, 36, 41–45, 48, 51,
55–56, 60–62, 66–70, 74
sociocultural 15, 61
surdez 11, 13–14, 16,
19–22, 28, 37–39, 41,
43–44, 51, 57–58, 62–63,
65–66, 77
surdo 12, 15, 21, 24, 28,
35, 37–39, 44, 46, 57,
59–60, 65, 72–74, 77

U

universidade 51–52, 62
Universidade Estadual do
Maranhão (UEMA) 52

V

vereadora 59, 66–67
visual-motora 40



Este livro foi composto pela Editora Bagai.

 www.editorabagai.com.br

 [/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)

 [/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)

 contato@editorabagai.com.br